

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

ATA Nº 16

PRESIDENTE – DEPUTADO VALDIR BARRANCO

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Bom dia a todos e todas. Invocando a proteção de Deus, em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública, por mim requerida ao Plenário das deliberações da Assembleia Legislativa, com o objetivo de debater a regularização fundiária do Município de Rondonópolis e das cidades da região Sul do Estado de Mato Grosso.

Convido para compor a Mesa os Exm^{os} Srs. Vereador Rodrigo da Zaelli, Presidente da Câmara Municipal de Rondonópolis (PALMAS); Sr. José Márcio Guedes, Assessor Parlamentar, neste ato representando o Senador Wellington Fagundes (PALMAS); Vereador Thiago Silva, neste ato representando o Deputado Federal Carlos Bezerra (PALMAS); Dr. Muniz Arfox, neste ato representando a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso (PALMAS); Dr. Paulo Sérgio Garcia, Coordenador de Serviço de Titulação do INCRA do Estado de Mato Grosso (PALMAS); Convido também o nosso ilustre visitante, que é dessa região e atualmente é Superintendente do INCRA do Estado de Minas Gerais, meu amigo Sr. Robson Oliveira Fonzar (PALMAS); Sr. Gladston Alves Moreira, Secretário Municipal de Agricultura do Município de Rondonópolis (PALMAS); Dr. Elvis Klauk Júnior, Presidente da Câmara Setorial Temática de Mediação de Conflitos Agrários da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (PALMAS); Sr. Wender Giroto, Coordenador do Movimento 13 de Outubro do Estado de Mato Grosso (PALMAS); Sr. Valdivino Tomaz de Aquino, Presidente do Sindicato dos Agricultores Familiares do Município de Rondonópolis (PALMAS).

Composta a mesa, convido a todos e todas aqui presentes para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional Brasileiro.

(EXECUTA-SE O HINO NACIONAL BRASILEIRO)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Neste momento, quero falar da difícil e violenta tragédia que ocorreu no Município de Colniza na última semana, na última quarta-feira.

Tragédia anunciada, os trabalhadores e as trabalhadoras que aqui estão sabem muito bem como se deu a colonização agrária do nosso País. A concentração de terras e a falta de oportunidades para maioria das famílias que sempre objetivaram ter um pequeno pedaço de terra para realizarem o seu sonho de produzir, sustentar sua família e ajudarem a colocar os alimentos nas mesas dos brasileiros e das brasileiras.

Fatos como esses ocorrem porque são esses trabalhadores e essas trabalhadoras que se opõem à violenta ocupação e a concentração fundiária a partir de áreas devolutas do Estado ou da União.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

O complexo fundiário Colniza, localizado no Município de Colniza, é uma área de seiscentos e trinta mil hectares, a Gleba Taquaruçu do Norte, onde especificamente ocorreu o massacre onde nove trabalhadores foram torturados violentamente e mortos por jagunços de grileiros de terras da Gleba Taquaruçu, é uma das glebas que no passado foi titulada de maneira errônea, inclusive com a participação de laranjas, porque um grileiro só não pode ter uma área tão extensa de terras, e eles se utilizam dessa praticas de construir laranjas para ir titulando.

Eu sei que o Ministério Público Federal e a Procuradoria do Estado já estão há anos promovendo ações de nulidade desses títulos que foram entregues a esses laranjas. E essas famílias vêm lutando há mais de 10 anos para que o Estado não esqueça, para que o Estado não deixe fazer ou a nulidade do título ou em alguns casos até permitir a regularização de quem tiver perfil, mas também de naqueles casos em que não há essa condição promover a retomada e o assentamento de famílias, que não querem os 40 mil hectares, que querem 20, 30, 50 hectares.

Essas famílias na resistência são as que têm feito com que o Estado não se esqueça de áreas como essas, que não é só no Município de Colniza, também ocorrem na região Norte, em Peixoto de Azevedo, no Município de Novo Mundo, na região do Araguaia e que também tem aqui na região Sul, nós sabemos que aqui nós temos muitas áreas devolutas Estado de Mato Grosso e que o Estado tem que agir para que estas áreas sejam regularizadas, se quem as ocupa tiver o perfil, preencher os requisitos ou para que elas sejam destinadas agricultura familiar.

E essas famílias pagaram com a própria vida e nós temos a obrigação, eu enquanto parlamentar, de dar voz a voz a essas famílias, a voz de vocês na Assembleia Legislativa e na imprensa do Estado de Mato Grosso e de fora do Estado.

Cada um que aqui está, eu sei que já está imbuído desse trabalho e dessa missão, que tem sido constante de fazer a luta para que não ocorram casos como estes, que não é só lá que aconteceu, não são fatos isolados, ocorrem no norte, ocorrem no Araguaia e era uma tragédia anunciada.

Essas famílias foram retiradas brutalmente dessa área há 10 anos, foram escorraçadas pelos capangas, jagunços, pistoleiros e foram queimadas as suas plantações e seus barracos. E agora, com a iminência de haver uma varredura nessa gleba, as famílias voltam para reivindicar o seu direito, no dia 29 de março, passado e 20 dias depois são atacadas violentamente e os que não morreram é por que tiveram a oportunidade de fugir, porque os demais, os nove que eles conseguiram, lideranças que foram mapeadas, foram capturados, torturados e violentamente mortos.

Eu quero falar o nome de cada um dos que foram vitimados, e, ao final de cada nome, vocês respondem presente por eles. Ao final dos nove nomes, nós faremos um minuto de silêncio para lembrar essas vítimas e esse massacre.

Izaú dos Santos (PRESENTE); Izequias Santos de Oliveira (PRESENTE); Samuel Antônio da Cunha (PRESENTE); Francisco Chaves da Silva (PRESENTE); Aldo Aparecido Carline (PRESENTE); Edson Alves Antunes (PRESENTE); Valmir Rangel do Nascimento (PRESENTE); Sebastião Ferreira de Souza (PRESENTE); Fábio Rodrigues dos Santos (PRESENTE).

Todos em pé.

(TODOS FAZEM UM MINUTO DE SILÊNCIO EM RESPEITO ÀS VITIMAS.)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Quero, em tempo, convidar para compor a mesa a Sr^a Marlene Maciel, Chefe da unidade avançada do INCRA do Sul de Mato Grosso (PALMAS); Também a Sr^a Nilza, Presidente da URAMB - União Rondonopolitana Associação de Moradores de Bairro, lembrando que nós discutiremos a regularização fundiária urbana.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

Na manhã de hoje, contamos com a presença de inúmeros representantes de entidades que lutam pela consolidação da organização dos trabalhadores do campo, assim como de organizações públicas e da sociedade civil que trabalham para que o campo e as cidades possam organizar os espaços onde vivem as famílias de acordo com as garantias para a qualidade de vida de nossa população.

A situação da falta de regularização fundiária no Município de Rondonópolis e nas cidades da Região Sul do Estado de Mato Grosso, tanto na zona urbana como na zona rural, assemelha-se as diversas regiões de Mato Grosso, entretanto, com uma crescente população no campo e nas cidades, além de uma das maiores produções agrícolas do Estado, esta região precisa que os órgãos responsáveis pela titulação de terras urbanas e rurais tenham agilidade nos processos em curso e nos que ainda não tiveram as situações formais e processuais encaminhadas.

Os Municípios têm grande demanda das questões agrárias, grande parte da população que vive no campo necessita titular as suas terras para garantir melhor qualidade de vida às famílias, especialmente, às assentadas, que buscam acesso ao crédito. Uma Audiência Pública que discuta as questões agrárias e de títulos integrada com a gestão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e o INTERMAT... Se houver representante do INTERMAT quero também que se manifeste para compor a mesa.

O INTERMAT infelizmente tem se esquivado de participar das Audiências Públicas e nós sabemos que grande parte dos problemas fundiários do Estado de Mato Grosso depende e ocorre por falta de políticas públicas por parte do INTERMAT, tal qual a que ocorreu e que continua lá no Município de Colniza, que vitimou as nove pessoas que nós lembramos aqui há pouco.

Além do trabalho que as prefeituras e Câmaras Municipais já desenvolvem... É fundamental para promover os avanços necessários para a regularização das terras onde as famílias se abrigam. Para isto, estamos juntos nesse trabalho.

Rondonópolis é o Município polo da Região Sul do Estado de Mato Grosso. Localizado na Região Sudeste do Estado, a 210 km da capital, Cuiabá. Possui 235.899 habitantes. Representa um importante polo que atende mais de 30 Municípios e cerca de 500 mil habitantes.

Rondonópolis tem o segundo maior PIB do Estado. Está localizada estrategicamente no entroncamento das Rodovias BR-163 e BR-364 e é a ligação entre as Regiões Norte e Sul do País. Por estas vias são transportadas toda a produção agrícola e industrial para os grandes centros metropolitanos e portos do Brasil.

Rondonópolis e região também registram inúmeras famílias assentadas, produzindo alimentos para as mesas de quase 500 mil habitantes que vivem na Região Sul do Estado, garantindo maior qualidade de vida aos que moram no campo e nas cidades. Para tanto, providências institucionais precisam ser tomadas para que haja maior sustentabilidade e segurança para os que lavram a terra e tiram dela o sustento. Realizar georreferenciamento dos imóveis rurais e urbanos.

Envolvendo as Prefeituras de Rondonópolis e cidades circunvizinhas, as entidades dos assentamentos, os sindicatos rurais, as associações de bairros, propiciando esclarecimentos aos interessados é uma das orientações realizadas nas Audiências Públicas. Cada cidadão ou cidadã precisa de um endereço, de uma identidade que registre a sua moradia e local de residência, garantindo segurança e condições mínimas de avançar em direção à melhoria da qualidade de vida.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

A Audiência Pública que ora vamos iniciar é condição para colocar o nosso mandato à disposição das autoridades locais, ouvir os interessados e encaminhar as principais reivindicações das cidades, tendo em vista garantir os direitos dos trabalhadores que no campo ou na cidade precisam da atenção dos órgãos públicos e das organizações que lidam com a garantia dos processos de regularização do patrimônio dos trabalhadores.

Quero registrar a presença do Sr. Moisés dos Santos, Prefeito Municipal do Município de Juscimeira; do Sr. Moacir José da Silva, nosso querido Vereador Bilu da Areia, com quem estive na sexta-feira lá no projeto de Assentamento Carimã juntamente com Vereador Juari participando de uma reunião; do Sr. Jailton de Lucema Dantas (Jailton do Pesque Pague), Vereador aqui do Município de Rondonópolis; do Sr. Adonias Fernandes de Souza, também Vereador por Rondonópolis; do Sr. Vereador Unilson João da Costa, Vice-Presidente da Câmara Municipal de São José do Povo; do Sr. José Roberto dos Santos, Vereador da Câmara Municipal também de São José do Povo; do Sr. Agamenon José da Silva, Vereador por São José do Povo; do Sr. João Fernando Copeti Bohrer, Secretário Municipal de Meio Ambiente do Município de Rondonópolis; do nosso querido Dr. Valdemir Pereira, Defensor Público, Coordenador do Núcleo Cível em Rondonópolis, irmão do nosso querido Deputado Federal Valtenir Pereira; da Dr^a Betânia Menezes Dias, Defensora Pública do Município de Rondonópolis; do Sr. Florisvaldo Soares de Souza, Assessor Parlamentar, neste ato representando o Vereador Carlos Alberto Coelho, aqui de Rondonópolis; Vanderli Scarabelli, Diretor Estadual do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra, em nome do Vanderli, cumprimento todos os integrantes do MST; Sr. Valdemar Chaves Freitas, Secretário Municipal de Agricultura de Pedra Preta; Sr. Célio Sirino de Freitas, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pedra Preta; Sr. Francisco Canindé da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaciara; Sr. Luiz Sinobre da Cruz, Presidente do Sindicato Rural do Município de Juscimeira; Sr. Edson Isidoro da Cruz, Vice-Presidente do Sindicato Rural de Poxoréu, deve ser do sindicato dos trabalhadores rurais; Sr. Alin Duarte Gomes Freitas, Presidente do Assentamento Beleza, do Município de Juscimeira; Sr. Idalêncio Rosa de Oliveira, Presidente do Assentamento Monte Azul, do Município de Pedra Preta; Sr. José Luczjinski, Presidente do Assentamento Primavera, do Município de Rondonópolis; Sr. Lourival Sementino, Vice-Presidente do Assentamento Furnas, do Município de Pedra Preta; Sr. Cleomar Pilar, Presidente da Associação Rondonopolitana de Proteção Ambiental, a ARPA; Sr. Odeni Nunes da Silva, Presidente do Movimento 13 de Outubro do Estado de Mato Grosso; De Silva, Dirigente Estadual do Movimento Sem-Terra, MST/MT; Sr.^a Viviane Alves, Presidente do Bairro Marechal Rondon; Sr. João Morais Martins, Presidente do Bairro Jardim Progresso, do Município de Rondonópolis; Sr.^a Nilza Maria Nunes Cerqueira, Presidente da União Rondonopolitana de Associação de Moradores de Bairro, a URAMB; Sr. Joel Ramos, Presidente do Bairro Jardim Tropical América, do Município de Rondonópolis; Sr. José Sales, Presidente dos Bairros Eldorado, Mirassol, Santa Fé e Copacabana, do Município de Rondonópolis; Sr.^a Mara Oliveira, Presidente do Conselho da Mulher, do Município de Rondonópolis; Sr. Francisco Costa de Souza, Vice-Presidente do Conselho de Segurança, Área Central, do Município de Rondonópolis; Sr. Francisco de Paula, Coordenador da Casa de Saúde do Índio, do Município de Rondonópolis; Sr. Baltazar Ferreira de Melo, Agente da Pastoral da Terra, do Município de Rondonópolis.

Quero agradecer também o apoio da Câmara Municipal de Rondonópolis, pela disponibilidade do espaço físico. Aproveito e agradeço o apoio do nosso Presidente da Assembleia

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

Legislativa, Deputado Eduardo Botelho, que não tem medidos esforços para que as Audiências Públicas possam ocorrer.

Neste momento, quero convidar para fazer a sua palestra o Dr. Elvis Klauk Júnior, Presidente da Câmara Setorial Temática de Mediação de Conflitos Agrários da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Informo que, durante as falas da mesa, quem quiser, após o encerramento das falas, fazer alguma pergunta, um questionamento, pode se inscrever com o nosso pessoal do Cerimonial, porque depois terão a oportunidade de falar, de questionar e apresentar as demandas para os integrantes da mesa.

O SR. ELVIS KLAUK JÚNIOR - Bom dia a todos.

O Cerimonial me permitiu falar em pé, até por causa da altura, para vocês me enxergarem um pouco melhor.

Exmº Sr. Deputado Valdir Barranco, em nome de quem eu cumprimento todas as autoridades presentes; Vereador Rodrigo da Zaelli, em nome de quem cumprimento os vereadores de Rondonópolis, a sociedade rondonopolitana e também meu amigo Giroto, em nome de quem eu cumprimento todos os movimentos sociais presentes; Sociedade em geral, servidores da Câmara Municipal, servidores da Assembleia Legislativa, mais uma vez bom dia a todos.

Como o Deputado Valdir Barranco falou, meu nome é Elvis, eu sou Presidente da Câmara Setorial Temática de Conflitos Agrário e Fundiário Rural e Urbano da Assembleia Legislativa. Essa Câmara Setorial Temática é um trabalho do mandato do Deputado Valdir Barranco, foi ele quem requereu essa Câmara Setorial Temática.

Eu vou explicar - o mais didático possível - para vocês entenderem a importância dessa Câmara Setorial Temática para o futuro do nosso Estado e para simplesmente o fim desses conflitos agrários, que lamentavelmente ainda acontecem com mortes em nosso Estado.

Essa Câmara Setorial Temática, que foi criada, é um ato pioneiro no Brasil. Nenhuma outra Assembleia Legislativa no Brasil, das 27, tem esse projeto. E o que é esse projeto?

Existe uma lei em nosso País chamada Lei nº 13.140, de 2015, é uma lei nova dentro do ordenamento jurídico, é muito recente, é a lei da mediação. É uma lei que foi criada no Governo da Presidente Dilma Rousseff, que autoriza meios adequados para soluções de conflitos através de mediadores. Os mediadores são pessoas qualificadas e capacitadas para fazer mediação de conflitos, no caso específico da nossa Câmara Setorial Temática, conflitos agrários e fundiários. Já o novo Código de Processo Civil foca muito na temática da mediação.

Então, o Deputado Valdir Barranco, quando nos convidou, disse o seguinte: já existem várias leis sobre regularização fundiária no nosso Estado e os problemas continuam praticamente os mesmos. Vale lembrar que, passados 21 anos do lamentável episódio de Eldorado do Carajás, na quarta-feira agora, tivemos o massacre de Colniza, como foi dito pelo Deputado, isso significa que ainda muita coisa precisa ser mudada.

Então, essa Câmara Setorial Temática foi criada com dois objetivos. O primeiro objetivo é levantar o tamanho do conflito agrário e fundiário, rural e urbano do nosso Estado. O segundo objetivo é: qual a viabilidade jurídica da Assembleia Legislativa criar um núcleo interno de mediação de conflitos agrários? Oras, muita gente fala que já existe um comitê de conflito agrário. Mas isso é totalmente diferente. Essa Câmara Setorial Temática, o resultado dela será a indicação para que os Deputados criem o núcleo de mediação. Esse núcleo de mediação será a voz dos movimentos sociais, será a voz dos que não têm voz, porque é lá, na mediação, que o mediador capacitado vai tentar envolver todas as partes.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

Nós sabemos que os conflitos, Deputado, Vereador Rodrigo, acontecem na maioria das vezes por duas situações. Primeiro, a impunidade, nós vemos o caso de Eldorado, 21 anos, e até hoje não existe punição adequada para as pessoas que cometeram aquele ilícito. E o segundo é a burocracia, a burocracia para se fazer regularização fundiária, sobretudo a rural.

Então, a Câmara Setorial Temática vai encurtar essa burocracia, vai encurtar essa falta de comunicação. Nós sabemos que hoje o movimento no INCRA, no INTERMAT, demora, e às vezes a pessoa demora muito tempo para ter uma resposta que poderia ter sido dada muito antes. Então, a Câmara Setorial Temática, requerida pelo Deputado Valdir Barranco, ao qual eu agradeço a confiança de nos indicar para presidir esta Câmara, será a voz dos menos favorecidos.

Da Câmara Setorial Temática teremos a possibilidade de sair com acordos firmados assinados por um mediador capacitado, apenas, indo ao Poder Judiciário com as demandas que já estiverem ajuizadas para serem homologadas e as demandas que, ainda, não estiverem sido judicializadas dali já saem resolvidas.

Eu acredito muito, Deputado, que se a Câmara já estivesse criada nesse caso envolvendo Colniza...(FALHA NO MICROFONE)...

Como eu havia dito, se a Câmara de Mediação já estivesse criada, nosso sonho é que isso se concretize a partir do segundo semestre, com certeza, essas nove vítimas, hoje, estariam aqui pessoalmente entre nós.

Então, mais uma vez, quero dizer a toda sociedade, porque está Câmara não foi feita para autoridades, foi feita à sociedade do Estado de Mato Grosso: usem, utilizem dessa ferramenta. A Assembleia Legislativa por ser a Casa do Povo é o lugar ideal para que se sentem à mesa as partes envolvidas, seja os órgãos INTERMAT, INCRA, os movimentos sociais, para que busquem uma solução amigável para os conflitos. É nisso que nós acreditamos.

Quero agradecer, mais uma vez, a presença de todos e o tempinho de ter nós ouvir.

Muito obrigado e fiquem todos com Deus! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Aproveito para convidar para compor o nosso dispositivo o Deputado Estadual Sebastião Rezende. (PALMAS)

Passou a palavra ao Dr. Munir Arfox, neste ato, representando a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.

Depois do Dr. Munir fará uso da palavra o Deputado Sebastião Rezende.

O SR. MUNIR ARFOX - Exmº Sr. Deputado Valdir Barranco, Presidente da Mesa; Exmº Sr. Deputado Sebastião Rezende, em nome de quem cumprimento os demais integrantes da mesa; Dr. Valdenir Defensor Público; Drª Betânia Menezes Dias, Defensora Pública de Rondonópolis; senhores, senhoras.

Bom dia!

Meu nome é Munir Arfox, trabalho no Núcleo de Regularização Fundiária do Estado. Somos dois defensores, eu e o Dr. Air Praeiro Alves, que é o Coordenador do Núcleo, para atuar na regularização fundiária de todo o Estado de Mato Grosso. Temos dois assessores, dois estagiários. Essa é a nossa equipa para trabalhar na regularização fundiária. Infelizmente, não há estrutura na Defensoria Pública para se tocar um trabalho tão sério quanto à regularização fundiária tanto urbana quanto rural.

Iniciamos um trabalho no Bairro... Jardim Progresso. Desculpe a minha falha. São tantos bairros com os quais mexemos que acabamos esquecendo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

Iniciamos o trabalho no Jardim Progresso e falta, apenas, o fechamento da conferência desses documentos para que possamos dar entrada na ação competente para regularizar o bairro. Certo? Acredito que entre junho e julho estejamos aqui para fechar esse trabalho.

Agora, é importante esclarecer uma coisa: quem tem direito a usucapião é quem, efetivamente, ocupa a área. Não adianta cercar o lote. “Ah, não, mas eu cerquei o lote. Eu de vez em quando vou lá e limpo o lote.” Isso não é ocupação! Isso não gera direito! Para gerar direito a usucapião tem que ocupar, efetivamente; tem que ter a sua moradia ou seu local de trabalho. Aí, sim, gera o direito a usucapião.

E com isso nos deparamos em vários lugares do Estado, porque a pessoa acha que como cercou o lote, que cercou a área que está ocupando, que diz ocupar, já gera o direito a ele. Não! Ele tem que produzir, tem que morar. É isso que gera o direito a usucapião.

O trabalho de regularização fundiária é um trabalho multidisciplinar. Envolve várias outras profissões. Temos que ter o levantamento topográfico da área individual e do perímetro geral da área. A única despesa gerada para os ocupantes é a topografia, porque, infelizmente, a Defensoria Pública não tem uma equipe técnica para fazer esse levantamento.

No mais, nem com fotocópia vocês gastam para regularização da área que vocês ocupam. A única parte que vocês têm é a despesa, infelizmente. Mas, nós estamos trabalhando junto à administração central para ver se há possibilidade de contratar um topógrafo ou um engenheiro para que possa fazer a conclusão dos trabalhos topográficos.

Depois do levantamento topográfico tem que se fazer o cadastramento de todas as famílias, individualmente, juntar documentos, comprovando o tempo de ocupação. Em alguns casos bastam cinco anos; em outros casos, dez, quinze anos, dependendo da situação e do tamanho da área ser ocupada. Está certo?

Com o levantamento socioeconômico da família, nós pegamos o estudo da área, a matrícula da área. Temos que buscar a quem pertence essa área. Então, é um trabalho longo, demorado, minucioso, porque muitas vezes, vamos citar um bairro urbano, ele foi projetado de uma forma e a ocupação se deu de outra formar. O João, que ocupa hoje o lote cinco daquele bairro, ocupa parte do lote dois, três e quatro do antigo projeto do loteamento.

Isso traz um trabalho tremendo, porque temos que medir qual o percentual, quantos metros quadrados o Sr. João está ocupando nos lotes anteriores, isso aí tem que ser detalhado na ação, porque envolvem três matrículas. Normalmente, era um loteamento que foi desmembrado em várias matrículas. Era uma matrícula só que foi desmembrada em várias outras matrículas.

Então, nós temos que determinar exatamente quanto ocupam em cada lote antigo. Após todo o levantamento dessa documentação, a conferência, para que não saia nada errado, a topografia tem que ser georreferenciada, aí, sim, nós vamos propor a ação.

O primeiro trabalho que nós fizemos foi em Chapada dos Guimarães, no Bairro São Sebastião, foram 850 famílias beneficiadas. Só o levantamento, ali, dos documentos foram sete meses de trabalho, porque eu estava com exclusividade trabalhando nesse setor, hoje trabalhamos em todo o Estado.

Então, fica difícil até comprometermos com prazos: “ah, mas quanto tempo leva”? É difícil.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

O Sr. João, Presidente do Jardim Progresso, coitado, sofre uma pressão tremenda dos moradores, mas não é por culpa dele e nem por culpa nossa, é por falta de estrutura dentro do núcleo fundiário. Isso que atrapalha muito.

Então, peço desculpas para vocês moradores do Jardim Progresso. Mas, com a graça de Deus, entre junho e julho, nós estaremos aqui para fechar toda essa documentação e propor a ação competente.

Era isso que eu tinha a dizer. Muito Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Dr. Muniz.

Eu vou passar a palavra agora ao nosso querido colega Deputado Estadual Sebastião Rezende.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE – Bom dia a todos!

Quero dizer da alegria de estar nesta Audiência Pública.

Nós temos neste dia, Deputado Valdir Barranco, algumas visitas que estão sendo feitas aqui no Município de Rondonópolis, nosso Município, algumas ações que estão sendo realizadas, dentre elas temos agora uma visita a Santa Casa de Misericórdia com o Presidente do Mato Grosso Saúde, Dr. Maurélio Ribeiro, que está aqui, exatamente, para trabalhar a possibilidade de ter o credenciamento da Santa Casa de Misericórdia junto ao Mato Grosso Saúde. Nós temos, aproximadamente, em toda a região sudeste 19 municípios, aproximadamente, 17 mil servidores públicos estaduais e, infelizmente, não temos nenhum hospital credenciado.

Então, estamos aqui nesse propósito, fiz questão de vir a Audiência Pública e já quero, terminando a fala, pedir permissão para acompanhar nessa visita lá, porque entendemos que todos nós aqui estamos em várias frentes de trabalho para o bem da nossa região.

Aqui nós temos a nossa ex-Secretária de Estado de Educação que sabe o quanto é importante trabalharmos essa questão visando o servidor público estadual, e o Mato Grosso Saúde tem esse propósito.

Então, eu vim aqui para prestigiar a nossa população, os líderes aqui presentes, líderes de bairro, líderes de assentamentos, e dizer que é um momento oportuno, Presidente da Câmara, Vereador Rodrigo da Zaelli, em nome de quem cumprimento todos os nossos Vereadores aqui presentes, o Zé Márcio, cumprimentando o Senador Wellington que aqui se faz representar...

Neste momento em que a Bancada Federal disponibiliza, Deputado Valdir Barranco, aproximadamente 68 milhões para fazer a regularização fundiária pública rural e urbana, é importante esta discussão no nosso Município de Rondonópolis. Temos aqui vários bairros que precisam ser regularizados; temos uma dificuldade extrema de ver essa regularização fundiária ocorrer.

Nós estamos conversando aqui querendo saber como vai operacionalizar isso, porque não podemos abrir mão de parte desses recursos para o Município de Rondonópolis, para a nossa região.

Nós temos aqui muitos assentamentos, Tiago. Só em Pedra Preta, temos onze assentamentos. Temos cinco, seis, aproximadamente, assentamentos em São José do Povo, Guiratinga, Poxoréu, Dom Aquino, nessa região toda temos assentamentos, no nosso Município de Rondonópolis, que precisa ter a regularização fundiária. São assentamentos que estão a mais de quinze anos e não temos como tolerar mais isso.

Na Assembleia Legislativa cansamos de falar o tempo inteiro.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

Há aproximadamente, Deputado Valdir Barranco, seis anos houve um entendimento para que naquela oportunidade fizesse georreferenciamento de todas as áreas, de todos os assentamentos do Estado.

O Governo do Estado, na época, disponibilizou três milhões e nós não conseguimos do Governo Federal, do INCRA Nacional, não é nem o INCRA do Estado – o senhor esteve lá como Superintendente e sabe da dificuldade que é -, de fazer com que esse recurso viesse para que naquela época pudéssemos georreferenciar todas as áreas.

Então, é importante que Vossa Excelência esteja lá e eu tenho esse desejo grande de participar muito ativamente nesse processo de regularização fundiária para que agora assumamos forte esse processo e de forma definitiva pudéssemos ver, principalmente, os nossos assentados receberem o seu título. Ele não consegue fazer nada. Ele não consegue fazer um empréstimo; não consegue melhorar a propriedade, porque não tem o título, chega ao banco não pode: “você não é o dono da propriedade”, e nós ficamos dependendo o tempo todo. Quando todos os assentamentos do INCRA, dependendo do INCRA; os assentamentos do INTERMAT, dependendo do INTERMAT.

Os nossos municípios não têm condições de fazer recuperação de estradas, dependemos o tempo todo de recursos e fazamos de mãos atadas. O nosso pequeno produtor não consegue produzir, porque ele vai produzir e vender para quem? Como é que ele tira esse produto da sua terra, se ele não tiver estradas?

Temos situações aqui que eu tenho falado na Assembleia Legislativa desde 2003, no assentamento Wilson Medeiros, no Município de Pedra Preta. Já há mais de quinze anos esse assentamento não tem água. Como é que 108 famílias ficam num lugar sem água? Isso é impossível. E ocorre o êxodo rural.

Eu estava conversando com o nosso companheiro Neles Walter, Presidente do CDL, que dizia: “Deputado Sebastião Rezende, se essa regularização fundiária não for feita com rapidez, vamos ter dificuldades”.

Temos dificuldade inclusive, Sr. José Márcio, na questão econômica. Olha o quanto seria importante para o nosso município e para a nossa região toda se tivéssemos essa regularização concluída, fomentariamos a economia da nossa região.

Então, é importante agora todos nos juntarmos, e parabeno Vossa Excelência pela audiência, e fazer efetivamente com que essa regularização fundiária tão almejada possa acontecer e as dezenas e dezenas de assentamentos que temos na nossa região possam definitivamente serem regularizados e titularizados, que as pessoas possam receber o título e fazer os investimentos que precisam, e a nossa cidade, nosso município de Rondonópolis, possa ver seus bairros regularizados com celeridade, aproveitando esse recurso, 68 milhões para o Estado de Mato Grosso.

Quero aqui parabenizar a Bancada Federal por esta visão e vamos trabalhar juntos, Deputado Valdir Barranco, para fazer com que esses investimentos, efetivamente sejam aplicados com celeridade no nosso município, na região, no nosso Estado, 68 milhões para o nosso Estado todo. Não podemos correr o risco de perder estes recursos.

Vossa Excelência pode contar com o Deputado Sebastião Rezende nesse trabalho, nessa luta, para o bem da nossa população, para o bem da nossa região.

Um abraço a vocês. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Agradeço o Deputado Sebastião Rezende.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

Convido para fazer o uso da palavra o Sr. Valdivino Tomaz de Aquino.

Depois da fala do Sr. Valdivino Tomaz de Aquino vamos intercalar uma fala da mesa com uma fala da plateia, lembrando que regimentalmente o tempo é de três minutos para cada uma das falas, controlados pelo Cerimonial.

Então, o Sr. Valdivino vai falar, depois já vai falar pela plateia o Sr. Wiliames Lira Moram, do P.A Carimã.

O SR. VALDIVINO TOMAZ DE AQUINO - Bom dia a todos e todas.

Em nome de cada um desses trabalhadores e trabalhadoras, Deputado Valdir Barranco - e não é difícil observarmos na face de cada um e cada uma a esperança de receber o documento tão sonhado da nossa pequena propriedade – cumprimento todo o dispositivo aqui presente.

Nosso tempo é meio curto, então, vamos direto ao assunto.

Estamos num processo de titulação desde 2013, quando o Deputado ainda era Superintendente Regional aqui da SR 13.

Foi feito um Termo de Cooperação técnica, Vossa Excelência foi nos assentamento assinar - assina Superintendência – e na oportunidade iniciamos o trabalho de georreferenciamento naqueles quatro velhos assentamentos, sendo dois aqui do Município de Rondonópolis, São Francisco, Carimã; um no Município de São José do Povo, o João Pessoal; e um no Município de Poxoréo, o Carlos Marighela.

De lá para cá estamos naquela peregrinação no INCRA e nas repartições. Só falta irmos a Brasília, porque do INCRA para cá estamos praticamente afundando a pavimentação asfáltica de tanto ir e vir, solicitando a visita do técnico responsável para fiscalizar o serviço de georreferenciamento que a empresa fez com toda responsabilidade.

No entanto, todas as vezes que vamos a argumentação é a mesma: “não tem recurso. Não tem dinheiro”.

Então, fica cada vez mais complicado ter essa esperança de cada um e cada uma, uma vez que seis mil reais em 2015 era o dinheiro para um fiscal vir fiscalizar e uma instituição do porte do INCRA não ter para determinar a diária do técnico para vir vistoriar, Deputado Valdir Barranco.

Então, deixamos aqui nosso pedido para que vocês levem com carinho essa preocupação para o INCRA, para a nossa SR 13, para que de fato tenha essa vistoria para fazer a titulação pelo menos desses quatro assentamentos que estão com o processo de georreferenciamento já pronto. É só vistoriar. A empresa está doida para terminar o serviço e está nesse imbróglio por causa desse mínimo recurso e a situação não anda.

Contamos com esses 69 milhões também para dar início ao serviço de georreferenciamento dos outros assentamentos aqui do Município de Rondonópolis, de São José do Povo e de Itiquira que ainda não fizeram a sua titulação.

Para terminar, gostaríamos que isso fosse levado em consideração para que ande. Caso contrário, vamos ter que fazer uma turma, uma comissão e ir ao INCRA Nacional, porque parece que aqui no Estado não resolve. Só falta isso. A gente vem tentando.

Foi feita uma auditoria pública no ano passado, enquanto o Deputado, que hoje é Prefeito, Zé Carlos do Pátio, você estava na audiência, o prefeito propôs, na presença dos convidados, juntamente com representantes do INCRA Nacional, o Leonardo Goes, que também estava na oportunidade, uma parceria em que a cada um real que o INCRA Estadual colocasse aqui a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

título de regularização fundiária, o prefeito em contrapartida colocaria dois reais. Então, Gladston, temos que cobrar isso do prefeito.

O que está faltando para regularizar aqui no Município de Rondonópolis pelo menos esses dois assentamentos que já estão bastante organizados para titulação?

Terminamos externando aqui a nossa indignação, o nosso repúdio, com o massacre de Colniza. É inaceitável que isso ainda aconteça com os nossos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Estão em busca da terra e o que recebem é tiro.

Quando a gente fala que o agronegócio, o latifúndio mata, muita tem gente duvida, mas a prova está aí e isso não é de hoje.

Pedimos às autoridades que vão a fundo, investiguem e punam os responsáveis por essa maldita chacina.

No mais, muito obrigado a todos. Um bom dia! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Eu tinha dito que ia falar o Williams, mas o Presidente da Casa terá que sair, então, ele vai fazer uma fala e depois o Tiago vai ficar o representando a Câmara Municipal.

O SR. RODRIGO DA ZAELI – Pessoal, bom dia. Quero cumprimentar a mesa na pessoa do Deputado Valdir Barranco e já agradecer e parabenizar por trazer esse debate para Rondonópolis, trazer a Assembleia Legislativa aqui. É o momento em que a população pode estar mais em contato com seus Deputados. Deputado Sebastião Rezende esteve aqui presente também e foi o momento em que nós conseguimos ver os anseios da classe política estadual e o que pensa para nossa região.

Parabenizo a cada um de vocês que estão aqui presentes, a força do campo, principalmente mostrando que esse tema Deputado é um tema que aflige nossa classe rural, que precisamos o mais rápido possível ter soluções de maneira que tranquilize os trabalhadores que estão no campo.

Cumprimento também os Vereadores, Vereador Tiago Silva, Bilu da Area, Vereador Venâncio que estava aqui, Jailton, Juari, Vereador João Moto Taxi, Batista da CODER, Vereadores que estão presentes em todos os temas, todos os debates que a Câmara Municipal traz na nossa Casa.

Cumprimento Ronaldo, amigo nosso, até o Prefeito Moisés de Juscimeira. Então mostra que não é um tema só de Rondonópolis é um tema da Região Sul, um tema que aflige todo o Estado.

Deixo aqui meus pesares também às vítimas da chacina que aconteceu em nosso Estado e nos deixa muito envergonhados como ainda a impunidade com as pessoas que estão no campo acontece neste Estado e no País todo.

E por fim. Quero deixar meu abraço e dizer que nós estamos aqui solidários a esse tema e sabemos que apesar da classe política estar um pouco desmoralizada em nível nacional, nós temos ainda pessoas que se importam em fazer com esse Estado, que este País e que esta cidade ande, para que nós possamos trazer tranquilidade ao cidadão de bem.

Muito obrigado a todos e fiquem à vontade, porque esta aqui é a Casa do Cidadão de Rondonópolis. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado Presidente.

Quero já convidar o Wiliames Lira Mourão do P.A. Carimã para fazer uso da palavra e já agradeço a presença dos meus amigos, Wilson Martins, Sr. Jesus, Wilson Martins, que é Presidente da Associação Terra Nossa; e o Sr. Jesus, que é do Movimento MTS que são dois baluartes da luta pela terra, pelo fortalecimento da agricultura familiar. E agradeço também o Mineirinho, que também está presente e que é um grande lutador.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

Já se faz presente aqui e convido para compor a mesa o Senador Wellington Fagundes, para participar aqui desse nosso debate em prol da regularização fundiária urbana e rural região sul e também o Prefeito Zé Carlos do Pátio para fazer parte da mesa aqui também, neste momento importante. (PALMAS)

O Wiliames com a palavra.

O SR. WILIAMES LIRA MOURÃO – Bom dia a todos. Sou Wiliames Lira Mourão, do Assentamento Carimã.

Em primeiro lugar quero agradecer presença do nosso Prefeito Zé Carlos do Pátio e os demais políticos aqui presentes.

A minha indignação em relação ao INCRA, ao seu trabalho prestado, aos Deputados e demais políticos, às vezes faltam com as nossas necessidades, são sabedores das dificuldades que passamos nos assentamentos e parece que eles só usam isso na época da política, da aproximação da política, para poder fazer este trabalho.

As nossas dificuldades são muito grandes e quando um assentado... Nós assinamos um contrato e nesse contrato diz das suas responsabilidades e o senhor Deputado, como ex-funcionário do INCRA, é conhecedor da nossa situação, principalmente no Assentamento Carimã, eu que tive no meu lote por 14 anos sem água no subsolo, que é uma obrigação do INCRA, transporte, escola...

(MICROFONE FALHA)

Então, por exemplo, acho assim que todos hoje sabem os fatos que acontecem nos assentamentos, inclusive tragédias anunciadas como esta, a de Carajás, se vocês como funcionários do INCRA e políticos responsáveis na época fizessem o que é da sua obrigação, evitaria que tragédias como essas viessem a acontecer.

Como esta na pauta, eu quero aproveitar a oportunidade, para que vocês tomem uma providência para que amanhã ou depois, não venham acontecer coisas no meu assentamento. Eu moro próximo a um Parque, Dom Ozório, e esse parque era uma determinada área e quando foi fazer o georreferenciamento, essa área teve acréscimo de área e tornou a Carimã uma área de proteção do parque, eu queria que vocês tivessem a preocupação de fazer o plano de manejo de fato do parque para que amanhã ou depois não se tornar um despejo ou querer fazer indenização do custo que vocês venham achar que é viável para nós. Nós estamos lá há vinte anos e encontramos dificuldade com estradas, com encascalhamento do assentamento, com MT – 471. Estou lá há vinte anos e até hoje ela só foi encascalhada uma vez pelo Prefeito Zé Carlos do Pátio aqui presente, eu sei com uma parceria feita com Estado que é obrigação do Estado, mas os demais não fizeram suas obrigações, e o encascalhamento só foi feito uma vez também com a presença do Prefeito Zé Carlos do Pátio.

Então, queremos agradecer e contamos com apoio de Vossa Excelência Prefeito, para que uma força na agricultura familiar. Desde já, muito obrigado e os que não ficaram satisfeitos que me desculpem. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Então, estamos intercalando as falas aqui, Prefeito, entre os componentes da Mesa e os da plateia, para fazer uso da palavra vou passar para o Prefeito Zé Carlos do Pátio, que tem uma luta também em prol da reforma agrária, da regularização fundiária.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu quero cumprimentar o companheiro Deputado Estadual Valdir Barranco, que está administrando esta Audiência Pública, o Senador da República Wellington Fagundes, quero cumprimentar a Câmara, o Vereador Tiago que está aqui, o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

Deputado Sebastião Rezende que passou por aqui também, Marlene, várias lideranças que estão aqui, nosso Secretário Gladston, a Nilza Presidente da URANB, Valdivino Presidente do Sindicato, Dr. Elvis Junior, demais lideranças aqui.

Acabei de chegar agora e quero aqui dizer que nesses três primeiros meses da nossa gestão já começamos avançar algumas políticas na luta pela reforma agrária, uma foi trazer o posto avançado do INCRA para Rondonópolis. Quero agradecer o Presidente nacional do INCRA, o Dr. Leonardo; o companheiro Valdir Correa, do nosso Partido Solidariedade, que assumiu o INCRA nacional e articulou a vinda do INCRA para cá.

Mas, eu acho que o maior gesto, em minha opinião, foi o da Bancada Federal, e aqui eu quero parabenizar o Senador da República Wellington Fagundes, que conseguiu metade da sua emenda coletiva para fazer a regularização fundiária nos assentamentos rurais no Estado de Mato Grosso. Isso foi um gesto dos Deputados Federais e dos Senadores. Eu quero, Senador da República Wellington Fagundes, que leve esse agradecimento de Mato Grosso a nossa Bancada Federal.

E quero aqui dizer que com isso os nossos trabalhadores, ao terem o documento da sua terra, poderão ser... Inclusive, eu vejo o seguinte, o cidadão que não tem o documento é um excluído. Ele tem a terra, mas não consegue financiamento. Ele tem a terra, mas não consegue fazer algum investimento na terra dele. Então, a regularização é da cidadania e esse é um dos gestos importantes que eu gostei, e eu quero aqui parabenizar a Bancada Federal.

Outro encaminhamento é que a nossa administração... Já está em processo de licitação a compra de 04 caminhões basculantes, de emenda do Senador Blairo Maggi, para zona rural, para colocar e para fazer a recuperação na zona rural. E nós conseguimos também 02 milhões de reais para os assentamentos do INCRA, para recuperação de estradas.

O Governo do Estado também, nesses três primeiros meses, repassou-nos 06 resfriadores de leite, que foram colocados na zona rural, e já estou acertando com a FUNASA, da mesma forma como eu fiz no mandato passado, em que com recurso próprio, nós criamos o “Água para Todos”, coloquei água em vários assentamentos e já estou trazendo a FUNASA para cá, para nós fazermos no mínimo uns 15 poços artesianos nos assentamentos rurais. Já quero aqui dizer que, como os equipamentos da FUNASA não chegaram ao Brasil ainda, nós vamos bancar o serviço geológico, Sr. Secretário, pela prefeitura, já pode mandar fazer o estudo nas áreas prioritárias para nós furarmos poços artesianos para colocar água em alguns assentamentos rurais, igual como nós fizemos na gestão passada.

Também quero aqui cumprimentar o Vereador Bilu da Areia, que está aqui, levanta aí Vereador para o povo te conhecer.

(O SR. VEREADOR COLOCA-SE EM PÉ.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Também quero aqui dizer para vocês que já autorizei meu Secretário a comprar caminhão carga seca para nós transportamos produção agrícola da zona rural para a zona urbana, e voltar, igual como era na nossa época, a feira do pequeno produtor, vamos comprar o primeiro caminhão. Então, virão 04 caminhões basculantes e um caminhão carga seca para começar a transportar, o carga seca está sendo comprado com recurso próprio para justamente nós apoiarmos.

Agora, o que mais estou me empenhando – e aí eu falo para nossa representante do INCRA, Marlene – é com as vistorias das áreas para assentar novos trabalhadores rurais. Eu quero te pedir, companheira Marlene... Estava o Chiru... Até havia pedido ao Deputado Valdir Barranco para

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

trazer o Chiru aqui hoje para que termine os estudos das áreas que nós estamos fazendo vistoria, já foi feita vistoria em seis áreas; das seis, cinco já estão sendo viável para reforma agrária, são áreas a trinta quilômetros, a quarenta quilômetros, a vinte quilômetros de Rondonópolis e precisamos que esses estudos terminem, algumas áreas ainda estão com os técnicos do INCRA; outras estão no INTERMAT, porque precisa do mosaico do INTERMAT e até agora só uma área saiu até então, só uma área passou pelo INTERMAT até então.

Eu peço ao INCRA que nos ajude, eu peço ao INTERMAT que nos ajude, porque as vistorias já foram feitas, os estudos estão sendo feitos e nós precisamos fazer reforma agrária, porque o momento de fazer reforma agrária...

Não adianta companheiro, eu não vou mudar minha concepção, o melhor Estado deste País é Santa Catarina. O Estado que tem os melhores indicadores deste País é Santa Catarina, um Estado que é menor que o Município de Paranatinga, mas lá a economia é o dobro da economia de Mato Grosso, porque lá tem o cooperativismo, lá tem a reforma agrária e os trabalhadores trabalham junto pela luta da reforma agrária. (PALMAS)

Não vou mudar minha concepção de luta, não é porque eu sou Prefeito de Rondonópolis que você muda sua concepção, continuarei no mesmo caminho, consciente até o último dia da minha vida que a saída de Mato Grosso é a reforma agrária, é a distribuição de terra, é a democratização da terra, é um direito do trabalhador.

Então, pessoal, a minha angústia é essa e por isso eu peço para o INCRA que nos ajude a acelerar esses programas de reforma agrária nossos aqui em Rondonópolis, é duro que cada passo seja demorado, e quero aqui dizer aos meus companheiros: companheiro Valdir Barranco foi Prefeito de uma cidade que tem o maior número de assentamento rural no Estado de Mato Grosso, que é Nova Bandeirantes. Eu estive lá em Nova Bandeirantes, estive no Assentamento Três Cinco, estive naquela região todinha, e lá é um povo sofrido também, mas eu vejo que se segurarmos lá será um grande polo, um grande exemplo.

Senador Wellington, eu vejo Terra Nova do Norte um exemplo de Município. Se vocês perguntarem para mim qual o exemplo de Município que eu tenho? É Terra Nova do Norte, lá tem uma cooperativa em que cada pequeno produtor tira seis mil por mês, não há quase morador na cidade, mas você entra na cidade e o comércio é maior do que o de Rondonópolis. Sabe por quê? Porque mais de 70% dos moradores moram na zona rural, e há uma cooperativa forte do leite, da manteiga, do queijo, do requeijão e vendem para o Brasil inteiro. Esse é um exemplo que eu tenho da cidade de Terra Nova do Norte, e nós temos que fazer esses tipos de programas no Estado de Mato Grosso. Nós não seremos diferentes, Senador Wellington, Deputado Valdir Barranco, é da luta pela reforma agrária que faremos com que Rondonópolis, pelos menos, chegue próximo a Terra Nova do Norte.

Eu quero parabenizar esta Audiência Pública, nós temos que abrir o debate, nós não podemos fugir do debate, nós temos que ir para a luta em defesa do trabalhador. Eu quero pedir que todos se levantem, por favor, quero pedir um minuto de silêncio pela morte, pelo massacre daqueles trabalhadores em Colniza, não podemos aceitar o que nós vimos em Colniza e naquela região. Mato Grosso não pode mais aceitar que crianças sejam assassinadas, trabalhadores e famílias. Eu peço, neste momento, um minuto de silêncio em defesa da reforma agrária e em apoio a essas famílias que drasticamente foram assassinadas por bandidos, pessoas de má índole, que vêm contra a luta da reforma agrária.

Peço um minuto de silêncio.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

(TODOS FICAM EM PÉ E FAZEM UM MINUTO DE SILÊNCIO.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Obrigado, um abraço a todos. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Convido pela plateia, para fazer o uso da palavra, o Sr. José Luczjnski, Presidente do Assentamento Primavera, aqui de Rondonópolis.

O SR. JOSÉ LUCZIJSKI - Bom dia a todos, companheiros e companheiras trabalhadores. Eu moro no Assentamento Primavera, o Assentamento Primavera fica próximo ao Carlos Marighela, próximo a São Francisco e a Cascata, lá nós temos uma comunidade que envolve em torno de duas mil famílias de assentados, são as pessoas que moram lá. No nosso assentamento, quem conhece, sabe que é um assentamento produtivo e o poder público parece que não gosta disso, porque lá nós temos um problema, nós temos uma estrada estadual - até esses dias eu falei com o Prefeito Zé Carlos do Pátio - e há muito anos não é feita a manutenção dessa estrada, quem tem que fazer são os produtores, ou fazem a estrada ou perdem a produção.

Então, Deputado Valdir Barranco, que está no poder público agora, que se faça uma Emenda, porque tem ser humano que trabalha, lá vive, lá produz, não é igual a lugares onde vemos um mundo de asfalto, e só vemos boi e soja. Então, quero pedir para valorizar, esta semana mesmo as pessoas podem ir lá e vão ver que a estrada está boa, vão pensar que foi o Poder Público que fez, mas não, foram os produtores que fizeram. Talvez agora, de uma semana para cá, o Poder Público tenha dado alguma contribuição, não tenho certeza.

Quero fazer uma pergunta, não sei se alguém sabe me responder, porque é o seguinte: foi colocado aqui que o título é tudo da terra, falaram com referência a Santa Catarina. Em Santa Catarina, tem gente que faz cinquenta anos que está assentado, estão produzindo, têm renda e não têm o título, e aqui há aquelas pessoas que estão no assentamento, que foram assentados há vinte, vinte e poucos anos atrás e a intenção dele é de passar a terra para a família. Então, ele não está interessado em título.

Aquilo que falaram que as pessoas não recebem recursos, eu cometi um crime então, porque eu recebi já recurso do PRONAF A até o PRONAF D.

Nós fizemos uma pergunta lá em Cuiabá, estava o Deputado Federal Carlos Bezerra e o cara que apelidaram lá de superintendente do INCRA, e o superintendente, acho que é porque não sabe responder mesmo, e o Bezerra, acho que está caduco, também respondeu mal. Eu perguntei: quem não quer o título e quer ficar na terra, e quer a terra para trabalhar... Eles falaram que quem não quer o título passa a terra para outro.

Eu acho que eu poderia ter saído algemado de lá, é uma falta de competência. Então, o Deputado Valdir Barranco poderia depois responder a essa questão de quem não quer o título, porque eu sou representante do assentamento e a as pessoas me perguntam e eu tenho que saber responder. Como me deram uma informação errada, e eu vi que era errada, mas eu não sei responder...

Acho que era isso, muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Essa pergunta com relação ao título, Sr. José, quem vai responder depois é o Paulo Garcia, que representa o INCRA aqui. Lembrando que o Paulo vai ser o último a falar para que ele possa ir anotando e respondendo todas as perguntas que forem levantadas, e o Prefeito vai responder para o senhor sobre a estrada.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu quero colocar o seguinte, mesmo sendo uma estrada estadual, o município tem responsabilidade, então nós vamos recuperar, lá no assentamento Primavera, não é?

(A PLATEIA RESPONDE FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Ok, nós vamos olhar com carinho esse pedido do senhor.

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Quero agradecer a presença do João Garcia de Souza (João Moto Táxi), que é vereador aqui do Município de Rondonópolis, também registro a presença do Antônio Zanin Marçal, Vereador da Câmara Municipal de Jaciara, que neste ato representa o Prefeito Abduljabar Galvin Mohammad, Prefeito de Jaciara.

Passo a palavra ao Sr. Wender Giroto, Coordenador do Movimento 13 de outubro.

O SR. WENDER GIROTTO - Bom dia a todos os companheiros e companheiras, queria agradecer a presença dos movimentos sociais, que vieram, Associação A Terra é Nossa, do Sr. Wilson, que está ali; MTS, do companheiro Sr. Jesus, que está aqui; MST, estão aqui os companheiros do MST de luta; CPT, as pastorais que estão; a Associação Dando as Mãos, todas essas entidades são entidades de luta, Presidentes de Bairro, que vieram prestigiar a nossa Audiência Pública. Digo o seguinte, que regularização fundiária não é só titular assentamento, isso é um assunto muito maior e mais complexo. Neste mês de abril, que é o mês de luto e de luta, que nós fazemos memória ao massacre de Carajás, nós sofremos, recentemente, como já foi falado, o massacre na nossa pele, nos trabalhadores aqui do Estado de Mato Grosso, esses nove que foram assassinados na Guariba, em Colniza.

Esses assassinatos não são isolados, não é um fato isolado, tem ligação direta com a concentração da terra e com o agronegócio. Então, não é uma ação que ocorre por acaso, é o poder do antigo latifúndio, do agronegócio, contra os trabalhadores. É uma luta de classes, isso nós temos que ter claro em nossas mentes, quando discutimos, e externar a nossa indignação, e além de externar, fazer luta, mas vamos lá.

Eu faço parte do movimento 13 de outubro, e desde a nossa criação, nós estamos lutando por reforma agrária, e quem faz reforma agrária no Brasil são os trabalhadores, à custa de muita luta, à custa de sangue, à custa de muita mobilização, de várias marchas, várias caminhadas, de vários acampamentos, de viver debaixo de lona. Quem faz reforma agrária no Brasil são os trabalhadores, e mesmo assim ainda tem muito o que se fazer.

Mato Grosso tem, em torno de dois milhões de hectares de terra, e quase três milhões de habitantes, olha o tipo de concentração. Aqui, para quem ainda não sabe, alguns - e aí vou falar para todo mundo saber - plantam quinhentos mil hectares de soja, dois grupos aqui, o tal de Maggi e o tal de Scheffer. Eles têm quinhentos mil hectares de soja, que é um monte de terra na mão de um só, e produzindo para exportação, não produzem para nós, não produzem alimentação.

Então, é esse o grande problema que nós temos. Quando falamos em regularização fundiária, deveríamos também falar dessas terras que estão concentradas nas mãos de poucos, enquanto muitos estão morrendo por conta de terra.

No Brasil, também não é diferente, é claro que nós falamos: “Ah, Mato Grosso tem quase dois milhões de terra, o Brasil tem 850 milhões de hectares de terra”, mas tem muita terra que não é aproveitada, tem a terra das cidades, das reservas, das APPs, mas, mesmo assim, se fizermos uma conta rápida, a divisão de terra no Brasil seria bem legal. Você pega 850 milhões de hectares de terra e divide por 200 poucos milhões de habitantes quanto que não dá? Então, o

ASEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

problema não é terra. O problema é vontade. O problema é quem está no poder. O problema é quem está na Câmara Federal, quem está no Senado, quem está na Presidência, quem está representando o cidadão. Este é o nosso grande problema.

E aí temos que fazer uma análise no sentido de que um País onde a economia se diz agrícola, boa parte, é claro que os ricos vão defender na bala, na cerca de arame a terra. E para isso precisamos nos organizar, vir para vá cobrar, cobrar o pessoal do INCRA. Nessa mesa, todos que estão aqui recebem e muito bem para nos ouvir e para apresentarmos as nossas demandas. Essa é uma questão que temos que ir ajeitando. Outro detalhe: 300 milhões de hectares de terra do nosso País eles estão com estrangeiros. Então, este é um detalhe importante para nós. É uma questão de soberania. Quer dizer, tantos de nós precisando de terras e as terras nas mãos de estrangeiros.

Falar da titulação...

Isto é interessante para os componentes da mesa, Deputado; Sr. Paulo Garcia, Superintendente do INCRA.

Há dois tipos de assentados, de produtores, que querem discutir isso. Os que querem os títulos e os que não querem por acharem que a emancipação não serve; por acharem que a titulação é um risco à concentração de terra novamente. Então, acho que isso tem que ser discutido e tem-se que, também, dar voz aos que não querem. O José Luczijnski acabou de falar, agora: ele é assentado e prefere o CCU, porque ele quer passar aquela propriedade para o seu filho, para o seu neto, para o seu bisneto, enfim, mas, em contrapartida, há outros assentamentos que querem o título. Então, isso nós temos que discutir.

Para finalizar, a regularização fundiária urbana é uma questão que temos que ver, O Prefeito Zé Carlos do Pátio já foi, mas aqui, em Rondonópolis, há em torno de 50% dos lotes, ainda, faltam ser regularizados. E temos que ver com outros olhos o seguinte: a maioria desse povo que não tem documento dos terrenos é os mais pobres e vai pagar ITBI, vai pagar custa cartorial. O cara não dá conta de regularizar

Tem que ver isso, também, Prefeito, que deve estar não sei onde que falando. Tem que ver esta situação, também.

Para finalizar, dizer que a luta pela reforma agrária tem dois aspectos: da mudança estrutural da terra, da mudança da transformação social do indivíduo que passa por ela e a parte econômica, pois, sabemos que com a reforma agrária resolvemos vários problemas sociais como moradia, desemprego, fome, trabalho. Uma série de problemas sociais nós resolvemos com a reforma agrária. Por isso estamos aqui, hoje, para discutir a regularização fundiária que não é só a titulação, mas, também, a democratização da terra no nosso País. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Obrigado, Giroto.

Registrar e agradecer a presença do meu amigo Ademir, ex-Prefeito de Jaciara.

Convido para fazer uso da palavra, o Sr. João Moraes Martins, Presidente do Bairro Jardim Progresso, de Rondonópolis.

Após o Sr. João, fará uso da fala o Senador Wellington Fagundes e, depois, da plateia, o Nelsivon. É só para vocês irem se organizando.

O SR. JOÃO MORAES MARTINS - Bom dia a todos!

Meu nome já dito, mas vou repetir. Meu nome é João Moraes Martins, Presidente do Jardim Progresso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

Quero dizer aos políticos que estão à mesa que o bairro que, hoje, presidido foi fundado em 1999 e desde que foi fundado esse bairro até hoje o João Moraes Martins tem passado por muitas peripécias na vida cobrando em prol desse bairro.

Somos cobrados constantemente. Tem pessoas que sabem cobrar, tem pessoas que cobram com abuso como, no sábado mesmo, eu fui cobrado a respeito da regularização fundiária com um tipo de abuso, um tipo de agressão. E nós lutamos, corremos atrás, gastamos do bolso, mas ninguém vê; ninguém ajuda e está no que está até hoje. Desde 1999 estamos pedindo a regularização fundiária do Bairro Jardim Progresso e mais melhorias para o bairro.

No momento estamos com processo de regularização fundiária na Defensoria Pública de Rondonópolis, mas como todos ouviram o clamor do Dr. Munir, a Defensoria Pública de Mato Grosso trabalha engessada, porque quando estou com esse trabalho de regularização fundiária na Defensoria de Rondonópolis o que vejo falar é que não tem recurso, não tem pessoas, o contingente não é suficiente.

Quero só pedir a Vossa Excelência, Deputado Valdir Barranco; a Vossa Excelência, Deputado Wellington Fagundes, e até ao Prefeito que deem melhorias, mais melhorias, para a regularização fundiária não só dos bairros, mas, também, rural. Lá na ponta, no final do bairro, quase todas são pessoas que, praticamente, têm que vender o almoço para comprar a janta. E, hoje, não se faz regularização fundiária sem o tal do georreferenciamento. A Prefeitura e o Estado não fazem. Todos são sabedores disso. Então, ficamos nessa luta, encampando luta, encampando luta e tem pessoas que nem fazem, porque não têm como pagar o georreferenciamento, porque quando começou esse trabalho do georreferenciamento do Jardim Progresso eu fui a três escritórios em Rondonópolis procurar quanto ficaria o valor de cada lote. Então, quero pedir aos senhores o seguinte: mais força, mais ajuda.

Peça para o Governo, Deputado Valdir Barranco, que ajude mais a Defensoria Pública.

Deputado Wellington Fagundes, leve, também, para Brasília o clamor de Rondonópolis, porque nem todos aguentam pagar um salário ou mais de um salário para fazer o georreferenciamento de um lote. Então, a coisa é meio absurda. No meu bairro mesmo a metade, mais ou menos, fez o georreferenciamento e a metade está por fazer. Não faz, porque não tem condições de pagar e porque, na época, que comecei o trabalho de regularização fundiária teve político que entrou no bairro, fez reunião fora e falou que a Prefeitura era obrigada a fazer, que não era só pelo georreferenciamento.

Obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, João.

Vou passar a palavra ao nosso Senador da República Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES - Bom dia a todos!

(A PLATEIA RESPONDE BAIXINHO: “Bom dia!”)

Poderia ser bem mais animado, não é Deputado Valdir Barranco?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES - Bom dia (PLATEIA RESPONDE.)

Quero cumprimentar o Prefeito Zé Carlos do Pátio e, também, os vereadores que estão presentes Thiago e o Bilu que está ali. Estiveram outros tantos vereadores aqui, mas já saíram.

Cumprimentar a Marlene, do INCRA; também, o Giroto que representa os movimentos sociais; meu companheiro prefeito, está ali o Moises, Prefeito de Juscimeira; Nilza,

ASEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

Presidente da URAMB; Valdivino, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores; e o Gladston, representando a Secretaria de Agricultura.

E com isso, quero, em nome deles, cumprimentar todos os vereadores, João Ari chegou ali também, não sei por que não vai descer ainda.

Está convidado para vir à mesa, Juari; o Zé Márcio, que estava aqui me representando também, o Dr. Gilmar.

O que eu posso aqui dizer é que estamos trabalhando em Brasília, e quando eu falo “nós” é a bancada inteira, e este aqui é um assunto que tem a ver com todas as regiões e com todas as cidades, porque a regularização fundiária, a Medida Provisória que foi fruto de um trabalho que fizemos de muitas reuniões na Casa Civil, o MDA, o INCRA, a Casa Civil, enfim, envolvimento de vários organismos dos Ministérios para que chegássemos nessa Medida Provisória editada pelo Presidente Michel Temer.

Essa medida provisória está tramitando lá no Congresso Nacional, eu faço parte da Comissão que análise a 759, que é o número da medida provisória, e já estamos discutindo diuturnamente. Cada dia chegam mais ideias.

Amanhã, Prefeito, o Senador Romero fez um compromisso conosco de entregar o relatório. Isso deve acontecer amanhã.

Eu fiz nessa Medida Provisória quinze mais nove emendas, foram vinte quatro emendas.

O Lutero Siqueira, que foi Prefeito de Garantã do Norte, na divisa do Pará, foi Superintendente do INCRA e está fazendo todo assessoramento para mim nessa área, porque é uma pessoa que conhece profundamente o INCRA. Inclusive, ele é muito amigo do Deputado Valdir Barranco, o Prefeito Zé Carlos do Pátio conhece ele, então é uma das pessoas que conhece imensamente o INCRA.

O Lutero fez esse compromisso, está, inclusive, em Brasília, passou o final de semana lá, onde estão trabalhando o final de semana inteiro.

Hoje eu vou a Brasília, onde teremos uma reunião, hoje à noite, quando o Lutero deve entregar o resultado de todos esses milhares de emendas que foram feitas por entidades, pessoas físicas, enfim.

E mesmo o Relator apresentando o relatório ainda será possível fazermos algum aperfeiçoamento. Então, quero sugerir, inclusive, à Assembleia Legislativa, à Prefeitura Municipal, Deputado Zé Carlos do Pátio, porque o senhor tem uma experiência muito grande nessa área, que pode ainda acompanhar entregando o relatório amanhã.

Vocês podem ver isso na internet, alguma sugestão de alguma melhoria que poderá se feita, por exemplo, a questão da segunda laje. Essa foi uma discussão muito grande, que são casas na cidade, principalmente nas favelas, onde tem muita gente que constrói uma casa, depois nasce um filho, ele constrói mais uma laje para morar lá, ou casa um filho, mora como se fosse uma segunda casa e não podia documentar isso. Isso está previsto. Então a segunda laje também será parte da regularização.

Para se ter uma ideia, aqui em Mato Grosso nós temos aproximadamente 100 mil lotes assentados. Na história toda do nosso Estado foram regularizados aproximadamente 20 mil. Nós temos aí 70 mil lotes, ainda, que podemos regularizar.

Então, é muita coisa! E sabedor disso é que a bancada de Mato Grosso se reuniu, depois de todas essas reuniões na Casa Civil, e definiu...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

No ano passado fui Relator da LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e só tínhamos direito a uma emenda impositiva. Então, fizemos o relatório e conseguimos ampliar e ter a aprovação de todos os companheiros da Comissão de Orçamento e evoluímos para duas emendas impositivas. Com isso, nós pudemos fazer uma emenda para a área de saúde.

Vocês sabem hoje o Mato Grosso é um Estado onde todos os hospitais regionais estão passando por dificuldades, o Governo do Estado não repassa o recurso devido para os municípios, e os municípios hoje - isso aqui é praticamente 100% dos municípios hoje - estão com atraso de pagamentos por parte do Governo do Estado.

Como a saúde é tripartite, o Governo Federal passa o Estado e o Estado tem que repassar para os municípios que estão aqui na ponta fazendo o serviço, aí a dificuldade é muito maior. Nós colocamos, então, uma emenda de 153 milhões para as unidades de saúde do Estado de Mato Grosso, em especial os hospitais regionais e o Pronto-socorro e hospital de Cuiabá, que está sendo feito, e como também toda a saúde do interior quando tem problema vai para a capital, achamos que era justo colocar esse recurso lá na Capital também.

E a outra emenda foi exatamente para a regularização fundiária, e aí são 82 milhões para o INCRA. Esse recurso, inclusive, Nós estamos discutindo muito lá para fazê-lo, ou faz um pregão nacional e aí uma ata nacional, que poderia facilitar o trabalho de vocês aqui no INCRA.

Eu sei que aqui, principalmente para o representante do INCRA, o Paulo, para você e para a Marlene, toda vez que vamos à reunião eu falo que o INCRA é o encravado. Por que é encravado? São vários aspectos. Um organismo, como eu disse aqui, há quantos anos Mato Grosso com 100 mil lotes regularizou 20 mil lotes? Por falta de condições, às vezes por falta de dinheiro.

E hoje, pessoal, essa questão aqui, que pelo recurso, que é o georreferenciamento, principalmente, para ser feito, infelizmente, o INCRA não tem o corpo técnico capaz de dar a celeridade necessária para que esse documento tenha a rapidez, a fluidez.

Então, eu não quero aqui, Paulo, atacar o INCRA, mas quero, inclusive, ser cobrado por vocês para que nos aponte o melhor caminho para que tenham essas condições de fazer isso que para o Brasil é muito importante.

Eu estava anotando aqui: todo Mato Grosso, toda soja que se planta em Mato Grosso, em aproximadamente seis milhões e poucos de hectares, foi isso que anotei aqui... Só a soja, seis milhões de hectares. Só os assentamentos que nós temos em Mato Grosso a área são nove milhões e quatrocentos mil hectares. Só os assentamentos, todos eles, são seis milhões mais três milhões de posse que seria do Terra Legal.

Então, são nove milhões de áreas nas mãos dos pequenos produtores, mas, praticamente, engessados, porque não tem o documento, não tem acesso ao crédito. Não acesso ao crédito, não tem como produzir, infelizmente - falei isso na última Audiência Pública que tivemos lá, Prefeito Zé Carlos do Pátio.

Outro grande problema, principalmente em Mato Grosso, de uns doze anos para cá o pequeno foi praticamente abandonado; a extensão rural, a EMPAER, a EMATER foi praticamente destruída, ou seja, a pesquisa de Mato Grosso é voltada só para o médio e para o grande.

Então, eu penso que esse é um trabalho que temos que cobrar muito por parte do Governo do Estado, porque também, além de ter o documento, precisa ter a pesquisa, precisa ter o que produzir e quando produzir e quando comercializar.

Nós temos aqui, inclusive, uma cobrança que quero fazer ao Prefeito também, trouxemos para cá, para Rondonópolis, o primeiro centro de apoio da agricultura familiar que é uma

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

construção ali ao lado da Universidade Federal, e o Prefeito me informou que está trabalhando para concluir aquela obra, que é importantíssima, pessoal.

Se vocês não conhecem, é importante ir lá conhecer. É um local que é exatamente para manipular o produto, para ter as aulas, para orientar como esse produto vai chegar lá no consumidor.

Esses dias eu fui à feira, fui comprar uns frangos, chegou o sitiante para vender nove frangos, foi imediato, vendeu nove frangos por trinta e poucos reais e imediatamente o atravessador vendeu quase pelo dobro. Então, o atravessador leva e o produtor às vezes não tem nem como chegar com o produto no supermercado.

Então, eu acho que também estruturar a cadeia do pequeno produtor é algo que precisamos fazer, Sr. Zé Carlos, e quero me colocar a sua disposição, não só para a gente terminar esse centro de apoio da agricultura familiar, mas outras áreas nesse sentido, porque vejo como importante esse trabalho que vamos fazer.

Aqui está o Deputado Valdir Barranco, que conhece demais, foi Superintendente do INCRA, um grande aliado que a Assembleia tem, porque é um Deputado que conhece da área.

Eu acho que o desafio aqui não vai ser só aprovar a Medida Provisória não, porque nós estamos agora na fase da aprovação. Ela já é lei, mas temos que aprovar – parece-me que até o final do mês que vem é o prazo de aprovação. Aprovada, têm todos esses desafios, que é fazer com que o INCRA tenha a estrutura para fazer com que a análise dos processos realmente aconteça.

Depois também estruturar, principalmente Mato Grosso – não estou falando isso no Brasil não -, porque Mato Grosso ficou muito só em produzir grande, o maior produtor de soja, o maior produtor de boi, o maior produtor de milho, o maior produtor, mas muitas coisas temos que importar para a nossa cesta básica.

Então, temos que buscar uma forma de valorizar a produção, principalmente da cesta básica.

Quem produz a cesta básica? É o pequeno produtor. Não é o grande produtor. O grande produtor não tem habilidade, nem quer produzir produto em pequena escala.

Por isso eu quero até estudar, Zé Carlos, se for o caso, para o ano que vem também, dentro desse centro de apoio da agricultura familiar, ficando pronto, colocar um recurso a mais para o seu funcionamento. Quero me colocar aqui a sua disposição.

Da minha parte, o que nós estamos fazendo lá é acompanhar a Medida Provisória, estando presente na Comissão, apresentando as emendas de acordo com as demandas, inclusive essas emendas que fora feitas, a grande maioria delas foi de sugestões que vieram de vocês, do Deputado Valdir Barranco, de outros setores, de Mato Grosso como um todo, da FETAGRE, fizemos várias reuniões com eles também, inclusive também a questão do MT Legal, que é outra área, inclusive aumentou a área do MT Legal para 2.500 hectares, para a regularização também, que é mais no Nortão de Mato Grosso.

Então, era isso o que eu tinha a dizer. Se vocês tiverem perguntas, eu gostaria que abrisse, porque volto para Brasília agora, daqui a pouco vou sair, vou de carro até Cuiabá e vou para Brasília porque amanhã cedo já temos várias reuniões lá.

Muito obrigado. Uma boa reunião para vocês. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Agradeço o ex-Vereador Mauro Campos e também o Giroto, que nos ajudaram na mobilização para esta Audiência Pública.

ASEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

Senador, há uma quantidade de lideranças dos municípios circunvizinhos e também de Rondonópolis aqui. É uma imensidão de lideranças que fazem a luta do dia a dia pelo fortalecimento da agricultura familiar e pela reforma agrária.

Quero convidar aqui o Nelsivon Silva Gomes, da Gleba Rio Vermelho, aqui de Rondonópolis, para fazer uso da palavra como representante da plateia.

O SR. NELSVON SILVA GOMES - Bom dia a todos!

Como foi falado pelo Deputado Valdir Barranco, somos do assentamento mais antigo aqui de Rondonópolis e vivemos uma angústia de muita promessa e conversa fiada.

Ficamos tristes. Passaram três décadas e Deputado, e Senadores, nasceram tantos pais políticos que nós ficamos com vergonha, com um assentamento de mais de trezentas famílias, mais de três mil pessoas morando ali iludidas.

As pessoas nos levam em banho-maria há três décadas. Isso é vergonhoso! Nós ficamos muito frustrados. Isso é uma vergonha!

Tenho conversado muito com Deputado Valdir Barranco pelo *WhatsApp*, nos grupos, e com vereadores, porque é lamentável passarmos décadas esperando uma coisa que é obrigação ter.

O Prefeito às vezes mente, Deputados mentem, Vereadores... Isso é ruim, porque nós queremos solução de verdade.

Sr. Deputado Valdir Barranco, Prefeito Zé Carlos do Pátio, Senador Wellington Fagundes, nós encaminhamos para todos os Deputados Federais de Mato Grosso, Adilto Sachetti, Carlos Bezerra, para o INCRA Nacional, porém, ninguém, nenhum assessor, enviou resposta para Gleba Rio Vermelho. Isso é uma vergonha! Porque nós, como associação de moradores, não brincamos. Nós representamos a comunidade de verdade, nós estamos fazendo a coisa. A comunidade tem mais de 600 pessoas empregada, tem Vale Encantado, Bares e Pesque Pague. E poderia ser muito melhor se tivesse documentação. Isso é triste.

Nós já fomos ao INCRA de Cuiabá várias vezes, falamos com Vereador Bilu, falamos com Vereador Tiago Silva, para somar na luta, procuramos o Sr. Jean, assessor e liderança próxima ao Senador Wellington Fagundes, pessoa que está próxima da gente, o Sr. Giroto, que está próximo do Deputado Valdir Barranco. Para quê? Para que somemos. Porque é uma brincadeira tratar as famílias, jogar, como se fosse uma favela rural.

Pelo amor de Deus, gente, vai esperar até 2018 de novo, 2020, 2022? Vocês estão brincando com os trabalhadores! Será que vou ter que ir a Brasília? O político tem que vir na comunidade.

Estou terminando

Três pontos eu gostaria de colocar aqui, por gentileza. Nosso assunto é muito serio.

Nós temos 3 problemas na comunidade: primeiro, foram emitidos 30 títulos lá na comunidade, desses 30, apenas 8 estão escriturados, os demais não conseguiram quitar, inclusive nós temos uma proposta para ser protocolada, porque apesar da medida 759 ser organizada, ainda não contemplou esses valores - o título hoje está numa média de 120 mil. Então, os trabalhadores não vão conseguir pagar.

Segundo, no ano passado foram feitas entre, outubro e dezembro, 130 vistorias. Essas ainda não foram entregues. Já emitiram muitas vezes.

Deputado Federal Carlos Bezerra, pelo amor de Deus, não brinca com a comunidade, não estabeleça data para não ser cumprida.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

Terceiro, nós temos em torno de 160 a 170 pessoas que estão bloqueadas pelo TCU, Tribunal de Contas da União, por motivo, na minha opinião e da comunidade, bobo.

Lá dentro tem empresa. Tem sim. Tem lava jato que lava caminhão de boi e o esterco sobra para fazer as hortas, tem bares e hortas. São pequenas empresas que estão gerando emprego. Se o País está quebrado, e nós estamos gerando emprego, que mal tem isso?

Para terminar, pedimos, Senador Wellington Fagundes, que acrescente esses três pontos na medida provisória.

Já falei com o Deputado Valdir Barranco por meio de *WhatsApp*, para colocar a questão do abate. Cento e vinte mil trabalhador não vai dar conta de pagar. Pelo amor de Deus!

Inclusive, quero prestigiar aqui o Ceará, que uma das nossas propostas foi da comunidade dele, do Juca e do Norberto. Então, temos que valorizar a comunidade.

Outro ponto é a questão da retomada vistorias. O Arlindo está assumindo agora a chefia e vamos nos aproximar dela.

Realmente o que o Senador falou tem sentido, o INCRA está encravado - muita má vontade de fazer as coisas.

Vamos trabalhar com tesão, gente, pelo amor de Deus, fazer as coisas todos os dias, de segunda a sábado e domingo.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES - O Sr. Nelsivon na sua fala disse que o meu assessor esteve lá e eu quero aqui dizer várias reuniões já aconteceram em Brasília, para sair essa medida provisória, isso é um sonho de trinta anos. E o Presidente, para assinar essa medida provisória, teve pressão e muita pressão e coragem também porque tem muitos que não querem, vocês sabem que dentro do movimento também movimentos que não querem a documentação, não querem que libere a documentação.

Então, foi muita luta, muita briga política, eu quero falar em nome dos três representantes de Rondonópolis o Deputado Adilto Sachetti, Deputado Valtenir Pereira e principalmente o Carlos Bezerra, porque é uma área em que ele sempre atuou.

Então, a nossa participação é conjunta, todos os Deputados de Mato Grosso tem trabalhado e quando eu falo Deputados, falo também de Senadores, toda a Bancada, inclusive essa emenda, no valor de oitenta seis milhões, foi um trabalho conjunto nosso, todos assinaram, todos concordaram, porque eram só duas emendas, então nós priorizamos, como eu disse, uma para saúde e outra para regularização fundiária. Agora de toda essa burocracia que teremos com INCRA mesmo, com dinheiro na conta, tem muita gente que não consegue aplicar, aí é o papel de vocês pressionarem mesmo e aqui como eu disse pelo próprio pessoal do INCRA, eles tem que nos cobrar inclusive o mínimo que eles precisam para ter as condições de trabalhar em Mato Grosso, porque Mato Grosso é muito grande, são novecentos mil quilômetros quadrado e apenas três milhões e meio de habitantes, e a pressão de muita gente para não ter regularização, porque entende que vai desmatar mais, então, tem todas as teorias.

Então, a sociedade é assim, um puxa para lá e outro puxa para cá, agora se nós não puxarmos a brasa para nossa sardinha ela não vai assar nunca.

Quero parabenizar vocês estarem aqui lutando, buscando. Deputado Valdir Barranco, em nome de todos da Assembleia Legislativa, eu quero parabenizá-lo e aqui da Câmara de Vereadores, a todos vocês, o Prefeito, está aqui, quantas pessoas estão lá prefeitura cobrando, esperando, a presença do Prefeito, mas ele está aqui em uma audiência importante. Assim como eu

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

também estou aqui e tenho sair agora para Brasília, vou passar ali por Juscimeira, tenho um encontro com o Prefeito de Jaciara, para depois chegar a Cuiabá, vou pegar o avião à tarde, e amanhã de madrugada tem que estar lá, vocês podem ligar a televisão, às oito horas da manhã, teremos a reunião da Comissão de Infraestrutura.

Agradeço o Deputado Valdir Barranco, eu acho que as perguntas podem ser encaminhadas em meu gabinete, qualquer pergunta pode ser encaminhada por meio da assessoria, principalmente. Se alguém for ligar lá fale com o Lutero, o Lutero é a pessoas que mais tem conhecimento, que esta acompanhando diuturnamente essa área da medida provisória, ou seja, desse trabalho que estamos fazendo na regularização fundiária.

E tem uma boa notícia também aqui, foi nomeado corregedor, ouvidor o Valdir, ouvidor agrário o Valdir aqui no MDA, é de Rondonópolis, é uma pessoa que é também da área, acho que é mais uma pessoa da nossa cidade para lutar nessa área aqui e lá.

E aí, Prefeito? Vamos ver esse centro de apoio de agricultura familiar em funcionamento?

Um abraço (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Senador, o Paulo Garcia, representante do INCRA, quer fazer uma fala com a presença do senhor aqui ainda.

O SR. PAULO SÉRGIO GARCIA - Bom dia a todos, vou quebrar o protocolo porque sei que o Senador tem outra agenda, quero aproveitar que o Prefeito está aqui também.

Primeiro quero dar os parabéns para o Senador, eu tenho acompanhado seu trabalho e vejo a luta incansável do senhor, essa medida provisória ela saiu por causa do bloqueio do TCU, que o Nelson comentou que foi um absurdo, mas isso nada mais é do que uma oportunidade para mudarmos as normativas obsoletas e arcaicas do INCRA e a gente tendo pessoas comprometidas como o senhor, Deputado Valdir Barranco, o Prefeito que já mostrou interesse em colaborar na parte operacional do INCRA lá na questão da titulação, então, eu não poderia deixar o senhor sair sem agradecer o empenho e dar os parabéns ao senhor. Se não sair regularização fundiária, do jeito que está sendo colocado pelos parlamentares, nesta sinergia com o INCRA, INTERMAT; o Estado de Mato Grosso, não sai mais, porque nós nunca tivemos uma oportunidade como essa e nós vamos aproveitar, vamos aproveitar que vocês estão empenhados, nossos parlamentares e com certeza nós vamos ter sucesso.

Então, eu quero só pedir esta oportunidade para agradecer ao senhor. (PALMAS)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES – Só para dizer também que já está no relatório, já está aceita também aquela situação de quem comprou as áreas de um ano para trás, que tem aptidão, que poderá também ser documentado, claro, dentro do limite de lotes, não pode ser uma pessoa que comprou 50 lotes, enfim. Mas, se é uma família que tem pai, uma família com três famílias não tem problema. Então, isso também já estará dentro do relatório, isso nós conversamos semana passada, isso esta também já no relatório, é o caso principalmente aqui da Gleba Rio Vermelho, mas a pessoas têm que ter aptidão. Por exemplo, outra coisa que foi aprovada, professores rurais, motorista do ônibus rural, uma assistência de saúde, os agentes de saúde... Todas essas qualificações serão incluídas no relatório pendendo ter também o seu lote, não só os que já estão assentados para futuros também.

Porque o certo é que mudou a clientela do INCRA, a pessoa que nasceu na roça, às vezes já foi estudar aqui mesmo, nós temos hoje a Escola Técnica Federal em Rondonópolis

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

funcionando, então o pessoal vem, faz cursos. Agora não é porque a pessoa fez uma faculdade que deixa de ter direito de um assentado rural.

Isso que não podia e nós estamos aperfeiçoando também.

Bom dia para vocês, eu vou viajar, Deputado Valdir Barranco, parabéns, felicidades e ao Prefeito Zé Carlos do Pátio. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Vou passar a palavra ao Vereador Thiago Silva, depois da plateia o próximo é Edineia de Oliveira Lima.

O SR. THIAGO SILVA – Bom dia a todos os amigos, todas as amigas.

Quero cumprimentar o Deputado Estadual Valdir Barranco, parabenizá-lo, por essa iniciativa, cumprimentar o Senador Wellington Fagundes, o Prefeito Zé Carlos do Pátio, a Nilza, e em nome dele, a todas as lideranças comunitárias aqui da nossa região, o Paulo, a Marlene e todos os representantes aqui do INCRA. Os colegas vereadores que estão aqui, Juari, Adonias, o Bilu, que também é um lutador da reforma agrária aqui no nosso município.

Quero dizer que estou muito feliz por estar aqui, estamos no segundo mandato de vereador na Câmara Municipal e uma das nossas principais bandeiras aqui nesta Casa tem sido agricultura familiar.

Nesses quatros meses de mandato eu e o Vereador Bilu, já pedir a quantidade de vezes que fomos ao INCRA em Cuiabá, lutar pelos assentados, luta pela reforma agrária, aqui do nosso município.

Recentemente a Câmara Municipal apoiou e aprovou a criação da unidade do INCRA aqui da nossa cidade, porque nós conhecemos a necessidade e a falta de apoio dos nossos assentados.

Estivemos várias vezes, em vários assentamentos. O Nelsivan falou aqui da questão da Gleba Rio Vermelho, nós estivemos lá, falamos várias vezes com o Deputado Carlos Bezerra, que também tem lutado muito pelos assentados, havia marcado uma data para entrega dos títulos, mas infelizmente não conseguiu entregar dentro da data estipulada porque não dependia só do INCRA, depende também do cartório e aconteceram outros imprevistos aqui e pode-se não conseguir entregar esses títulos.

O Deputado Federal Carlos Bezerra falou que não adianta ir à Gleba Rio Vermelho entregar para vinte, trinta assentados, nós temos que entregar para a maioria e o Sr. Paulo vai explicar isso mais para frente.

Dizer que o Deputado Carlos Bezerra está empenhado, toda semana ele tem ido ao INCRA, trabalhado pela regularização. Foi falado aqui sobre a questão do recurso que foi conseguido pela bancada dos Deputados, Deputado Carlos Bezerra, Deputado Valtenir Pereira, que estava aqui representado, Senador Wellington, e isso vai ser um grande avanço, porque nesses últimos 30 anos, conforme o Sr. Paulo falou aqui, pouco se fez para a reforma agrária e o que precisava era recurso, era dinheiro. Esse recurso que foi liberado agora, em torno de 68 milhões, vai ajudar muito para fazer o geo, fazer vários trâmites administrativos, que às vezes o assentado não tem condição de tirar mil, dois mil reais para fazer isso. Então, foi uma grande vitória.

Recentemente, também foram liberados, nós fizemos um pedido para o Deputado Carlos Bezerra, vários recursos para comprar patrulha, para comprar caminhão. Estava falando com nosso amigo Moisés lá de Juscimeira, vai ser liberado para o Canta Galo uma a patrulha mecanizada, mais duas aqui para Rondonópolis, um caminhão carga seca aqui para Cascata.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

Então, essas conquistas... Eu acredito que a luta maior é pela titulação, mas, Deputado, nós também temos que lutar para dar garantias mínimas para os assentados, ontem eu estava lá no assentamento João Pessoa e fiquei muito triste, vários amigos nossos que estão assentados lá, que produzem, mas não há um poço artesiano para estar ali fazendo abastecimento de água naquela região.

Então, essa união da classe política é muito importante para que não fiquemos só no discurso político, mas para que possa ter resultado. Quero aqui, mais uma vez, parabenizar o Deputado, colocar-me à disposição, temos acampado essa luta, Deputado, aqui juntamente com o Bilu. Recentemente, nós aprovamos até uma Audiência Pública aqui, aí o Sr. Mauro nos ligou, e falei: “Não, vamos suspender a nossa para que o Deputado possa fazer a dele”, mas dizer que somos parceiros aqui e estamos nessa causa acampando essa bandeira da reforma agrária.

Um grande abraço a todos e fiquem com Deus. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Convidar a Edineia de Oliveira Lima, Presidente da Associação dos Moradores do Grande Conquista, depois dela vai falar a Nilza.

Dizer, aproveitar a fala do Vereador Thiago, que a Audiência Pública é a oportunidade da comunidade ser ouvida também. Eu ouvi muito atentamente a fala do Nelsivon, quero parabenizá-lo, nós, enquanto parlamentares, enquanto servidores, que ocupam cargos, precisamos ajudar a solucionar esse problema, nós temos obrigação de falar com povo.

O político não pode vir aqui em ano de eleição pedir voto e ir embora, nós temos que voltar sempre que possível, e aproveitando a estrutura que nós temos no parlamento para que possa propiciar a vocês que falem aqui com o Senador, com o Prefeito, com os Deputados que vêm, com os Vereadores para colocar as situações, as demandas e para que as coisas possam andar.

Eu tenho certeza se não for assim vai caminhar muito mais lentamente se não tiver esses espaços, essas oportunidades.

Então, com a palavra, a Edineia.

A SR^a EDINEIA DE OLIVEIRA LIMA – Bom dia a todos!

Quero agradecer Vossa Excelência por essa oportunidade, eu moro em um bairro com 1.623 lotes, inclusive foi feito pelo Prefeito Zé Carlos do Pátio, e o vi várias vezes lutando por regularização fundiária como Deputado Estadual. Mas o que dizer quando uma família pede socorro para o SAMU e ele fica no buraco, não consegue chegar até a residência para socorrer uma família.

Hoje, por exemplo, faleceu um recém-nascido por falta de socorro, foi feito a ligação, e não chegou a tempo. O que falar sobre a comunidade que pede cumprimento no horário de ônibus se as estradas são precárias, esburacadas, quando chove são um atoleiro, quando acaba a chuva são só buracos.

Eu acredito que o carinho de um Deputado, Senador, Prefeito a uma região é quando nós conseguimos sensibilizá-lo, quando nós conseguimos atingir o coração, quando nós conseguimos mostrar para ele que lá há seres humanos.

Eu estou pegando uma deixa aqui nessa Audiência, porque eu percebi que é mais rural, nós fomos rural, hoje nós somos urbanos. Então, foi falado muito de gleba, eu quero parabenizar os colegas que há 30 anos vêm lutando. Eu não quero participar de uma próxima Audiência aqui e dizer que tenho 10 anos de Alfredo de Castro. O colega ali 30 anos lutando!

Foi falado aqui, por boca de vocês mesmo autoridades, que não foi dado tanto ênfase assim a esse tipo de trabalho e que agora há uma oportunidade.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

Então, eu quero agradecer e quero que Sr. Valter se lembrasse desse nome, Alfredo de Castro, mil seiscentos e vinte três lotes, há mais de seis anos sem uma igualdade social, como falar de uma criança que vai para escola limpinha, cheirosinha, porque uma mãe ama levar o filho para a escola, coloca dentro do ônibus e ele chega em casa... O que o conselho tutelar falaria com a criança que sofre *bullying* por estar suja, por estar empoeirada? O que o conselho tutelar falaria da lei, da ECA, que fala que a criança não pode sofrer coisas constrangedoras?

Então, eu peço para o Sr. Valter, para o senhor, excelentíssimo, não sabemos falar direito, mas sabemos o que estamos passando lá, são seis anos, seis anos que a área foi... Tem também a ideia... Sabe como que a polícia chega ao local da residência? Por meio do mercadinho. O mercadinho Santo Antônio, mercadinho do Moura, então eu peço que vocês observem que a regularização fundiária é necessária para que tenhamos CEP, para que tenhamos também o nome da rua para que o socorro chegue em tempo.

Muito obrigada e desculpe o tempo. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Edineia.

Com a palavra, o Sr. Gladston Alves Moreira, Secretário Municipal de Agricultura de Rondonópolis.

Ah, eu vou inverter aqui Gladston, vou passar a palavra para Nilza Maria Nunes Cerqueira, Presidente da União Rondonopolitana da Associação de Moradores de Bairro, ela vai precisar sair.

Lembrando, muito bem já falou a Edineia, agora a Nilza, que a nossa Audiência também debate a regularização fundiária urbana. Depois da Nilza vai falar o Sr. Vanderly Scarabelli, da Direção-Geral do MST.

A SR^a NILZA MARIA NUNES CERQUEIRA – Bom dia. Em nome do Deputado Valdir Barranco, cumprimento todas as autoridades que compõe a mesa; e, em nome do companheiro Mauro Campos, ex-Vereador e líder comunitário, cumprimento os demais presentes.

Eu quero dizer aqui, companheira Edineia, que aqui hoje estamos tratando de regularização fundiária tanto urbana, quanto rural. Foi para isso que fomos convidados, não é Sr. Mauro? Tanto urbana, quanto rural. Nós somos... Aqui eu quero falar, dizer a presença das nossas lideranças comunitárias que se fazem presentes, que é o Sr. João, José Sales, Edileia, Viviane, Wellington e Moisés, que passaram por aqui.

Nós somos movimentos sociais organizados, lutamos pela igualdade social, é a bandeira de luta desses movimentos, nós não somos movimento para lutar por uma classe só, nós somos movimento igualitário, lutamos para que a dignidade chegue a todos, sem exceção de a ou b.

Eu quero dizer, Sr. João, que a fala do senhor foi uma fala muito oportuna, Deputado. Quando falamos de regularização fundiária, nós temos a luta do nosso companheiro comunitário João Moraes, que encampou a luta da regularização fundiária do seu bairro, ele representa mais de quatrocentas famílias.

Aí eu vejo que a política pública não é voltada para todos, eu vejo que a igualdade social, Deputado, não é trabalhada com igualdade para todos.

Quando vejo famílias carentes, que sobrevivem de um salário mínimo, e muitas vezes não ganham nem um salário, ter que pagar o georreferenciamento; quando eu vejo o INTERMAT, através de recursos, pagando para pessoas que às vezes têm muito mais condições do que quem está lá, nesse bairro, como o Sr. João citou, como o companheiro aqui, que está fazendo esse trabalho, estávamos conversando nós dois há pouco... Muitas famílias não tiveram condições de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

pagar o georreferenciamento, nós vivemos num País diferente, nós vivemos em dois Brasis? Por quê? Nós trabalhamos na igualdade, nós queremos, enquanto comunidade, também ter esse mesmo direito, e direito esse que não chega para todos, que não trabalha a igualdade para todos.

Nós temos vários... Quando se falou aqui, 50% dos bairros, nós temos mais, nós temos uns 90% dos bairros de nossa cidade, que precisam da regularização fundiária, e olha lá, se não temos muito mais.

Queremos, Deputado, com sua boa vontade... Eu esses dias coloquei que nós não temos Deputado de Rondonópolis, do Araguaia, do Nortão, nós temos Deputados eleitos para representar o Estado, como um todo, não importa de onde ele é, mas ele é Deputado do Estado de Mato Grosso, de todas as cidades do nosso Estado, e eu quero parabenizar Vossa Excelência, por vir aqui dizer para esses moradores... A votação que Vossa Excelência teve, porque Vossa Excelência teve uma boa votação aqui, e Vossa Excelência veio dar respostas a todos esses mil e poucos votos que teve aqui.

Então, eu gostaria de pedir, eu gostaria que o Senador estivesse aqui presente, e que se pense numa política pública voltada para todos com igualdade social, que se trabalhe os bairros periféricos, como o do Sr. João Martins, como o da Edineia, como o que eu resido também, que precisa trabalhar a regularização fundiária, que quando eu comprei, paguei em 400 ou 500 parcelas. E esse povo não é levado em conta? Esse cidadão que não tem condições de pagar, não é levado em conta? Tem que sacrificar o alimento da sua família para pagar um georreferenciamento, isso é justiça social? Não é justiça social. Justiça social se trabalha para todos, com igualdade e não com... Aqui vai ser atendido, porque aqui foi um terreno da União, é do Estado, é do Município, é do Governo Federal.

E nós, que pagamos 500 parcelas, que não temos o direito, não temos condições, como vai ficar esse cidadão? Vai ficar um cidadão sem dignidade? É essa a resposta que eu gostaria de ouvir. Queremos, sim, igualdade, queremos, sim, que os bairros periféricos da nossa cidade sejam tratados todos, todo cidadão com a igualdade, que atenda todo o bairro periférico e não só aquele que é da União, que é do Estado, que é de não sei de onde... Enquanto seu João está sofrendo, companheiro - e o senhor é conhecedor -, há anos, lutando para que regularizem o bairro que ele representa.

Quando se fala em derramamento de sangue pela terra, eu sou de uma região, onde houve derramamento de sangue, onde acontece hoje a Romaria da Terra, a Romaria dos Mártires, que é a região do Vale do Araguaia. É uma história triste, mas é uma história bonita, de gente comprometida, de gente que lutou pela igualdade social, por um pedaço de terra. Esse povo é um povo... Onde eu nasci e me criei, onde eu vi muito derramamento de sangue para levar a dignidade para o menos favorecido.

Meu muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Obrigado, Sr.^a Nilza. Com a palavra o Vanderli Scarabelli, da direção geral do MST. Lembrando que estamos caminhando para os últimos inscritos e daqui a pouco a fala dos representantes do INCRA, que irão, inclusive, responder e tirar muitas dúvidas que já foram suscitadas aqui hoje.

O SR. VANDERLI SCARABELLI - Boa tarde a todos e todas, boa tarde a mesa, parabéns pela iniciativa. Essa plenária demonstra que é um problema urbano e agrário a ser resolvido, então, os trabalhadores da cidade contem com o MST para nós somarmos nas lutas que precisam ser feitas, tanto para regularizar para quem já está morando, como para conseguir terras para aqueles que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

não têm, há um déficit adicional muito grande. Então, precisa resolver e o solo tem para todo mundo, o problema é que ele está concentrado nas mãos de poucas pessoas, e a terra também.

Eu vou falar mais do nosso quadrado, que é da reforma agrária, eu vou colocar algumas questões... Respeito aqui as diversas organizações, autoridades que aqui estão, o próprio INCRA... O INCRA tem lado, não é mesmo? E cada um aqui tem a oportunidade de decidir sobre o seu rumo, não se trata de convencer ninguém.

Nós vamos colocar nossa opinião a respeito de alguns aspectos que estão colocados na conjuntura, além do assassinato, inclusive em Minas Gerais, foi assassinado o companheiro ontem, o Gouveia, lá em Minas Gerais, foi assassinado um companheiro do MST.

Nesse mês de abril, a direita, raivosa, inspirada no Bolsonaro, está matando muitos trabalhadores, porque é ele que anda por aí, incentivando a liberação de fuzil. Ele tem que estar avisado que os fazendeiros já têm os fuzis, não precisa ficar incentivando. Na conta do Bolsonaro, os assassinatos, e na conta do latifúndio. Ele anda insuflando outros fazendeiros.

Bem, quero colocar três questões, a primeira é que nós estamos vivendo um momento de ofensiva neoliberal, em que o capitalismo, rentista, bancário, quer recuperar suas taxas de lucro e para isso o que ele está fazendo? Fazendo a chamada reforma trabalhista e previdenciária, e aumentando a exploração do trabalho. E a reforma trabalhista vai aumentar a exploração do trabalho, e não só isso, aumentar o número de desempregados, porque quem está desempregado, mesmo voluntariamente, pressiona quem está empregado a trabalhar mais, essa é a saída para a crise.

Juntado a isso, é preciso combater a organização dos trabalhadores, o caso de Colniza não é isolado, como já foi falado aqui. Para eles implantarem o pacote de maldades, que está neste Governo, é preciso acabar com a organização dos trabalhadores.

Eu vejo certa hipocrisia, de quem lá fora desse espaço defende o fuzil para nos combater, combater todos os sem-terra, não só o MST, e vem aqui depois fazer conversa fiada, de hipócrita assim está cheio, e nesta mesa já passaram alguns.

E o Estado mínimo, o Estado mínimo é aquele que tira os direitos. Como vai fazer reforma agrária? Como vai fazer, se no Estado mínimo não vai fazer reforma agrária? Vai sucatear mais o INCRA. Aqui é a prefeitura que está bancando a unidade avançada. O INCRA terá como única função emancipar os assentamentos e regularizar o latifúndio. É para isso! É para isso! Então, o Estado mínimo para o povo e máximo para os banqueiros. O Presidente Temer perdoou 24 bilhões para o Itaú e não tem para a reforma agrária? É conversa fiada.

Segundo aspecto...

Estou fazendo esta introdução para chegar à questão fundiária.

Há dois projetos em disputa no campo brasileiro: o modelo latifúndio, que predomina desde 1500, e a agricultura camponesa. Em Mato Grosso, que é o grande expoente do agronegócio, mas, também, do câncer por causa do envenenamento - não é isso? -, o Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária-IMEA, tem uma projeção de que só Mato Grosso é capaz de produzir a soja que a Argentina produz. Ou seja, ampliar dos 9,2 milhões de hectares para 17 milhões de hectares já compete com a Argentina só Mato Grosso. Agora, de onde virão terras para serem incorporadas à lavoura de soja? Dos assentamentos, dos quilombolas e das áreas indígenas. É daí que eles estão de olho. Então, a economia capitalista concentra, centraliza e monopoliza. Os fazendeiros do agronegócio concentraram 114 milhões de hectares de terras no período de 2007 a 2010 e as pequenas e médias propriedades caíram de 17 para 15, de 8 para 7, diminuíram, porque a propriedade foi para as mãos dos grandes. Não foi para as mãos dos pequenos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

Agora, eu chego, então, à regularização fundiária.

Não é verdade que se não tiver o título da terra não pega crédito. Pega, sim. Eu sou assentado em Juscimeira, o Moisés, o Juruna, que são daquela região, que não tem muita produção. Estamos começando agora, mas tem algumas coisas lá.

Como?

(PARTICIPANTE DA PLATEIA FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. VANDERLY SCARABELLI - Então, é conversa que não pega.

Essa história aqui...

Estou encerrando.

Os nossos assentados pegam um pouco de crédito, sim. Poderia ser mais. Dos quatro milhões de pessoas que têm no campo, na pequena agricultura, só 1 milhão que pega.

Aqui está parecendo que o título da terra é a salvação da lavoura. É mentira! Vocês escolhem o que querem escutar. Eu estou respeitando, mas é falsa a informação. Quem me garante que vou pegar o título? O...deu a informação. Quem pegou se lascou. Está com a dívida e depois não vai poder ser assentado. Vai ficar sem a terra, porque o agronegócio vê nas áreas de assentamentos a oportunidade de concentrar novamente a terra. Por qual meio? Aí há os que matam e os que concentram pela economia. Compra de cinco e expulsa mais dez e fica com a terra dos assentados para eles. Essa é a lógica da emancipação.

Nós defendemos a documentação – encerrando -? Defendemos, sim. O pessoal pegou a concessão real de uso e defendemos o CDRU, Concessão de Direito Real de Uso, que garante herança, garante direito à propriedade, mas mantendo... obrigado a fazer assistência técnica, a fazer obras. Perguntem ao Moisés. Todos os dias nós estamos na Prefeitura. As prefeituras não estão pagando nem o que é deles pagar. E não é culpa do Prefeito, não. É crise! Então, o Governo Federal joga para as prefeituras, municipaliza a reforma agrária e sobra para nós e para os Prefeitos tirarmos na foice. E nós não queremos fazer isso. O Prefeito, o Vereador, o Secretário de Agricultura - não é Giroto? -... É tirar do Governo da reta e colocar no nosso, no das Prefeituras.

Então, companheirada, dependemos de documento? Sim, mas não precisa ser o título definitivo, porque o título definitivo é o seguinte: você pegou o título, se emancipou e, agora, cuide da sua vida você mesmo. Esse cuidar da vida você mesmo é você ir ao mercado e no mercado só permanecem pessoas em Mato Grosso acima de 3.000 hectares de terra. Eles, também, já provaram isso. Acima de 3.000 consegue ficar no mercado. Fora disso não fica.

Então, por que não emancipa o Blairo Maggi para parar de pegar dinheiro público?
O Bolsonaro...

Eu fecho minha fala, desculpe pelo tempo, mas como eu vi o Wellington Fagundes falando muito aqui, também, aprendi a lição.

Então, o Bolsonaro e o Blairo Maggi discutindo como se acaba com a luta pela reforma agrária, o Bolsonaro falou: “Eu libero o fuzil 762.”. O Blairo falou: “Mas você é burro, cara! Preste atenção! Você descapitaliza. Você dê o título definitivo e faça o assentamento produzir, conforme o assentamento não produz.”.

Viu a forma de combater diferente?

Companheirada, quero fazer um convite para encerrar.

No próximo dia 28 haverá greve geral. Ou nós lutamos pelo nosso futuro ou vamos aceitar o futuro que os outros vão colocar para nós. Aqui, em Rondonópolis, será no INSS, dia 28, às 08h. Venham para cá defender a reforma agrária e não deixar a aposentadoria do campo e da cidade

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

por tempo de idade, porque eles nos comparam com os velhinhos de Copa Cabana, mas nunca chegaremos lá. Aí não dá para fazer a média. A média, também, é falsa.

Um abraço a todos e boas lutas!

Até o dia 28 e não vamos deixar emancipar. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Vanderly.

Aproveito para reforça o convite para o dia 28, porque ou nos mobilizamos ou vamos todos nos tornar escravos sem direito à aposentadoria também. São duas reformas cruéis no Congresso Nacional: a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência.

Convido para fazer uso da palavra o Sr. Gladston Alves Moreira, Secretário Municipal de Agricultura de Rondonópolis.

O SR. GLADSTON ALVES MOREIRA – Bom dia a todos!

Cumprimento nosso colega Deputado Estadual Valdir Barranco em nome de todos da mesa.

Registro a presença do Udo, do Assentamento Apetrarron e Apetracenter, que estava por aqui, passou por aqui; do Cícero, também, que é da Apetrarron.

A regularização fundiária é um tema um pouco polêmico, um pouco complexo. Hoje, no nosso município percebemos que a nossa agricultura familiar envelheceu. Então, precisamos começar a pensar na possibilidade da sucessão familiar, começar a trabalhar a sucessão familiar nas nossas escolas rurais e que, também, possamos pensar o quão triste foi a espera pela regularização fundiária, a espera por crédito, por melhorias. Hoje, lamentavelmente, temos que começar a pensar na sucessão familiar.

Também, gostaria de colocar que a Prefeitura Municipal de Rondonópolis vem trabalhando para melhorar a vida do campo e à regularização fundiária veio para auxiliar a vinda da unidade avançada do INCRA. E os colegas do INCRA eu gostaria que nos auxiliassem na composição do quadro técnico Hoje, temos a Marlene que é a executora da unidade avançada que vem tentando trabalhar, mas a demanda é muito grande e a unidade, ainda, não tem o quadro técnico de profissionais do INCRA.

Então, estamos auxiliando, na medida do possível, porque, também, o município não tem toda estrutura que deveria ter, mas o que podíamos auxiliar nós auxiliamos e, agora, estamos aguardando o retorno que o INCRA nos propôs no Termo de Cooperação Técnica.

Falando ainda do INCRA, gostaríamos que tivessem uma maior agilidade nos processos de desapropriação e aquisição de áreas, porque a morosidade hoje está muito grande. Nós temos hoje em torno de mil e quinhentas famílias em acampamentos dentro do município que precisam da reforma agrária.

E com relação à titularização, nós precisamos pensar num plano estratégico para que possamos fazer o melhor uso do recurso que está disponível para a titularização.

Também nós temos uma desestimulação do trabalhador com relação aos programas sociais. Por quê? Primeiro, que não consegue fomento e não tem incentivo à produção de forma adequada; segundo, a assistência técnica e a extensão rural do Estado de Mato Grosso é precária e ineficiente; terceiro, a limitação dos programas de comercialização é muito grave. Nós temos hoje limitação de comercialização pelo Programa Nacional Escolar, que é de vinte mil, e pelo Programa de Aquisição de Alimentos da CONAB, que é oito mil, sendo que muito trabalhadores têm condições e produzem muito além desses valores. Porém, em comercialização institucional é

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

limitado a essa quantidade de recurso e nós não temos incentivo à comercialização pelos mercados e pelos atacadistas.

Talvez, Deputado, nós poderíamos pensar em propor uma lei estadual de incentivo às empresas que comprarem produtos oriundos da agricultura familiar para quebrar esse gargalo da comercialização, que é a limitação de comercialização nos programas institucionais.

Hoje, de assentamento do INCRA no Município de Rondonópolis nós temos dez assentamentos, em torno de 853 lotes. Desses 853, temos três lotes titularizados. É um levantamento da SEAF e não possuímos ainda casulo, que é o Projeto Casulo de Assentamento, aqui no Município de Rondonópolis.

Pelo Banco da Terra nós também temos 10 assentamentos, em torno de 287 lotes.

Contemplando o colega do MST, em Rondonópolis nós temos seis assentamentos do MST e em torno de 281 assentados.

Nós temos hoje no Município de Rondonópolis em torno de 1.821 estabelecimentos da agricultura familiar com até quatro módulos fiscais; cinco aldeias indígenas, com 518 indígenas; 38 assentamentos no total, entre comunidades tradicionais indígenas, Banco da Terra e assentamentos do INCRA.

A demanda é grande, o desafio também. Nós precisamos criar um plano estratégico para destravar a assistência técnica, titularização e fomento para a agricultura familiar.

É uma preocupação do governo municipal e acredito, também, que é uma preocupação da Assembleia Legislativa. Precisamos unir as forças para poder resolver esses problemas que nos preocupam muito.

O Município de Rondonópolis também se coloca à disposição para ajudar nos trabalhos de titularização. Em reunião anterior com o Bosco já havíamos dito que se precisar de técnicos, uns dois, três, para ajudar na titularização, a Secretaria Municipal de Agricultura vai dispor.

É isso, pessoal. Nós temos que ajudar a agricultura familiar. As nossas limitações são grandes. Talvez, poderíamos também, Deputado, pensar em descentralizar o recurso do FETHAB e direcionar direto às Secretarias Municipais de Agricultura o que é da agricultura para melhor aplicação do recurso.

No mais, acredito que devo ter contemplado tudo.

Muito obrigado! Vamos ajudar a Marlene, porque ela está sozinha. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Gladston, quando você falou da cedência de técnicos para o INCRA, para auxiliar na titulação, depois o Paulo vai falar, mas é algo absolutamente necessário.

Eu já tratei disso com o Prefeito Zé Carlos do Pátio e tenho tratado com os Prefeitos por onde ando. Se quiser titular, vai ter que ajudar o INCRA, cedendo técnicos para que ele possa compor uma equipe lá para titulação, porque eles estão só em dois, estavam em três na parte administrativa.

Quero chamar aqui o Guimar Rodrigues, Coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais 13 de Outubro, para fazer uso da palavra.

O SR. GUIMAR RODRIGUES – Bom dia a todos e a todas!

Deputado Valdir Barranco, eu precisava falar mesmo era com o Deputado Sebastião Rezende e com o Senador, mas eu quero direcionar a minha fala baseada no que o Dr. Elvis falou.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

Quem estava na Assembleia Legislativa no dia da implantação da Câmara Temática deve lembrar o que eu alertei, eu disse que os pistoleiros dos fazendeiros, inclusive milícia, policiais a serviço do fazendeiro, sentem-se amparados pelo sistema, tanto é que menos de noventa dias, olha o que aconteceu em Colniza.

Enquanto tivermos a Dr^a Adriana na Vara Agrária, protegendo o fazendeiro e dando condições para que eles usem a polícia, usem os pistoleiros para matar o trabalhador, isso é apenas o começo. Se a Assembleia Legislativa não se posicionar também com relação a isso, vocês podem ter certeza que vai ficar pior.

E nós temos mecanismo... Veja bem, quando é para discutir, participar de debates para proteger o grande, Deputados, Senadores, vêm para o debate e ficam; quando é para discutir para beneficiar o trabalhador, eles têm sempre outro compromisso.

Então, se Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso ou Assembleias Legislativas pelo País afora não tomarem uma posição com relação a essa pistolagem que mata o trabalhador no campo, podem ter certeza que não vamos avançar na reforma agrária, não. O problema está na Vara Agrária do Estado de Mato Grosso.

E esse Governo que fala tanto em reforma, que vai fazer reforma e só avança quando é para tirar o direito do trabalhador, aí acelera. Mas cadê a reforma agrária que é uma das reformas que vem se discutindo há mais de quinhentos anos? E essa reforma agrária nunca é feita de forma que beneficia o trabalhador. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Parabéns, Guimar!

Para ser exato, lembro-me bem da sua fala no lançamento da Câmara Setorial, exatamente 40 dias depois que lançamos a Câmara Setorial, que foi no dia 09 de março, ocorreu o massacre em Colniza, você já alertava naquela ocasião.

Passo a palavra aqui para o Robson de Oliveira Fonzar, Superintendente do INCRA do Estado de Minas Gerais, que durante muito tempo atuou no INCRA nacional.

O SR. ROBSON DE OLIVEIRA FONZAR – Boa tarde a todos, já passou do meio dia.

Boa tarde, Deputado Valdir Barranco, grande companheiro. Nos conhecemos em 2013, eu estava em Brasília como Coordenador de Obtenção e ele como Superintendente, fez um belíssimo trabalho no INCRA e foi alçado a Deputado com os votos dos nossos assentados.

Um cumprimento especial aos nossos assentados da reforma agrária.

Bom dia ao Paulo Garcia, um ótimo técnico, e queria falar dele aqui. Nos conhecemos em Marabá e ele a partir daí vem desenvolvendo um papel fundamental na titulação dos assentamentos a partir de Marabá.

Hoje Minas Gerais, de certa forma, dialoga muito próxima com o Paulo Garcia, porque ele domina a titulação.

Quando falamos de titulação, muitas pessoas pensam que é apenas o título definitivo. Não. Titulação também é o CCU. E a titulação ela é uma peça fundamental para alavancar os nossos assentamentos, os nossos assentados.

Nesse intuito, nesse discurso que tratamos com o Sr. Paulo, Minas Gerais, além de receber contribuição de Mato Grosso, porque ele já esteve lá para nos ajudar, também contribui para o processo de titulação.

Os nossos técnicos, em parceria com os técnicos de Mato Grosso, estão desenvolvendo celeridade no processo de titulação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

O Deputado Valdir Barranco, quando era Superintendente do INCRA, tinha vários processos de certificação de imóveis rurais. Com a vinda do SIGEF, aquela de pilha de documentos, aquelas várias análises, passaram a ser mais ágil e hoje temos celeridade.

Minas Gerais está desenvolvendo, com o apoio do nosso Diretor de Desenvolvimento, Dr. Everton, que mandou um abraço a todos aqui, um sistema que estamos chamando de SIGEF Titulação, que dá celeridade a esse processo.

(O SR. ELVIS JÚNIOS ASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS ÀS 12:22H.)

O SR. ROBSON DE OLIVEIRA FONZAR – Então, Mato Grosso, com a experiência do Sr. Paulo Garcia, vem contribuindo, Minas Gerais, com os técnicos que fazem parte do Comitê Nacional de SIGEF, vem fazendo essa plataforma.

Para se ter uma ideia, já temos o primeiro protótipo disso em Minas Gerais. Não é Sr. Paulo, que a gente comentou? Um servidor nosso fez a análise 80 processos para trazer para o georreferenciamento do assentamento em um mês. A servidora que desenvolveu esse projeto em um minuto e trinta segundos fez 230 análises.

São com essas parcerias, Paulo, que queremos trabalhar, que queremos agilizar o processo de titulação.

A meta dessa parceria INCRA nacional, INCRA de Mato Grosso e INCRA de Minas Gerais, é fazer o processo de titulação todo digital. Vamos evitar erros humanos, vamos diminuir o fluxo disso e vamos conseguir dar a resposta necessária aos nossos assentados.

Sabemos que é um tema polêmico, mas a titulação é essencial ao projeto de assentamento, lembrando que projeto é algo temporário, a própria palavra cita isso.

Eu tenho artigo sobre o assunto. O INCRA no momento que viu aquilo lá sem cumprir a função social foi lá e iniciou o processo. Nós levamos as políticas públicas que são o desenvolvimento desse projeto. E esse projeto tem que findar, sim, com a titulação, tem que findar, sim, com os nossos assentados podendo acessar linhas de créditos que o meu pai acessa hoje, acima de 100 mil reais.

No meu Município, Juscimeira, que é aqui ao lado, temos 500 assentados.

Pensem esses 500 assentados acessando linhas de crédito acima de cem mil reais. É um dinheiro muito alto que aquece a economia local, traz retorno para o município, traz retorno para região e isso vai voltar de serviços aos nossos assentamentos.

É com esse espírito que a SR de Minas Gerais vem trabalhando em parceria com SR de Mato Grosso.

Quero agradecer o Paulo pelo apoio e parabenizar a iniciativa do Deputado Valdir Barranco por trazer esse tema para a mesa, para o diálogo e esclarecer os pontos que são nevrálgicos.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELVIS JÚNIOR) – Obrigado, Superintendente Robson de Oliveira.

Dando continuidade à audiência, enquanto o Deputado Valdir Barranco atende algumas pessoas, com a palavra a Sr^a Edinusa Rodrigues da ARPA.

A SR^a EDINUSA RODRIGUES – Boa tarde a todos.

Dizem que a paz é fruto da justiça, não é? Ouvimos isso desde há muito anos atrás. Quando a justiça deixa de acontecer acontece a violência. Justiça só acontece quando os direitos são garantidos e quem garante os direitos é a nossa Constituição.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

Quando a Constituição não é cumprida, já começamos a olhar para a classe política - não é Sr. Giroto? -, porque eles não estão cumprindo aquilo que devem cumprir.

Mas eu devolvo para nós. Quem os elegeu fomos nós. Então, quando as coisas começam a dar errado, a gente tem que começar a pensar o que eu fiz de errado que as coisas não estão acontecendo? Temos que parar de querer culpar todo mundo e olhar que na verdade todo mundo é culpado, incluindo eu.

Quero colocar aqui que esse sangue que derramou em Taquaruçu do Norte está em nossas mãos também, não está só nas mãos do Poder Público. Nós temos responsabilidade sobre tudo o que nos acontece.

Então, se eu tivesse um espaço para começarmos a refletir o que está acontecendo no Brasil, a corrupção que está implícita em todo lugar do Brasil, não só no Poder Público, mas no poder privado, na sociedade, está intrínseca. É hora de começar a repensar o modo que temos vivido.

Quero aqui aproveitar e dizer - o Deputado está ali - que percorremos o Estado inteiro discutindo o Plano da Agricultura Familiar e a regularização fundiária foi o tema mais debatido. Ficava tudo lotado, todo mundo querendo debater a regularização fundiária da agricultura familiar.

Aqui hoje a gente viu como é importante o tema. Se o tema é importante, por que ele não está acontecendo? Se ele é importante, por que não está acontecendo?

E você começa a olhar os órgãos públicos que trabalham com regularização. Você vai visitar o INCRA de Cuiabá e está desfalcado, você vai ao INTERMAT e está desfalcado. Então, na verdade, está acontecendo alguma coisa errada. Não está tendo investimentos nesses órgãos, não tem estrutura, não tem pessoal. Eles não dão conta de atender.

Fui lá levar processos para analisar, para desbloqueio, e quero aqui perguntar para o Sr. Paulo quando é que vai acontecer o desbloqueio dos assentados. São 60 mil famílias bloqueadas. Já não basta não ter a titulação e vem uma paulada maior: “vamos bloquear todo mundo”.

Então, já não basta o mal, o mal pode piorar. Generalizou, misturou o joio com o trigo e todo mundo está sendo punido.

(DEPUTADO VALDIR BARRANCO REASSUME A PRESIDENTE AS 12:31H)

A SR^a EDINUSA RODRIGUES – Deputado, só mais um pedido que eu gostaria de fazer para o senhor, agradecendo a participação dos seus assessores nos encontros da agricultura familiar, que foram, participaram, debateram e eu vou cobrar do senhor apoio na implantação daquele plano que o Secretário Suelme está mobilizando, mas a participação da Assembleia Legislativa é definitiva para cobrar recurso para lá.

Só mais uma pergunta e também o apoio. Vai ser construído o ganha tempo aqui, não é?

Parabéns! Vamos conseguir ganha tempo, numa área que temos da prefeitura aqui, local onde vamos ter várias instituições e quero pedir a construção do Centro de Atendimento do Pequeno Produtor.

O nosso centro aqui está interditado, aquele prédio onde funciona a EMPAER e a Secretaria de Agricultura vai desabar a qualquer momento,

Vemos que onde tem pequeno produtor, não tem nada que tem uma estrutura que vale a pena.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

Então, peço recursos para construir como o ganha tempo, uma estrutura com INCRA, INTERMAT, Secretaria de Agricultura, Banco do Brasil, para facilitar a vida do pequeno produtor.

Então, vou cobrar de você, sim; mas nós vamos eleger quem vai fazer, os que estão aí nós agora cobramos. Obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado, só a título de informação: o polo de Tangará da Serra havia ficado fora dos encontros para concessão do plano estadual de agricultura família.

Nós fizemos um requerimento para as lideranças da região, e com muita luta conseguimos fazer com que o Estado incluísse. No próximo dia 27, eu vou participar pessoalmente dessa etapa lá também.

Vou pedir para Marlene fazer uma fala e depois da Marlene já o Paulo, porque eu acho que ele já vai conseguir responder boa parte dos questionamentos.

A SRª MARLENE MACIEL – Bom dia a todos.

Em nome do Deputado Valdir Barranco, eu cumprimento a mesa e agradeço a presença de todas as lideranças. Quero dizer que a unidade avançada de Rondonópolis responde por dezessete municípios não só Rondonópolis. Estou buscando parcerias que já foram passadas pelo Bosco, que é meu superintendente, para fazer acordos com outras prefeituras, inclusive a Prefeitura de Pedra Preta já me procurou, a Prefeitura de Rondonópolis me cedeu três funcionários e a residência onde funciona a estrutura, mas não é a Prefeitura de Rondonópolis que banca o INCRA, o INCRA não tem bandeira de uma prefeitura ou de um partido, eu estou ali para atender todos os trabalhadores independentemente de movimento social, ou não, de partido político ou não, porque isso não faz parte do meu caráter profissional, estou ali para atender a todos. A unidade funciona na João Pessoa, das oito às onze e das treze às dezoito, estou lá para atender a todos os movimentos de modo igual. Já fui ao PA Rio Vermelho conversar com pessoal; no PA Carimã, conversar com Vereador Bilu.

Então, eu estou pronta para atender todos os assentados, eu tenho quase sete mil famílias no município e também os movimentos sociais dos acampados na luta pela terra desejando ter seu pedaço de terra para poder ter as famílias.

Obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Com a palavra o nosso querido colega, amigo aqui, Sr. Paulo Garcia. Quero parabenizar Sr. Paulo, o INCRA tem se feito presente nas nossas Audiências Públicas, você tem tido uma força de vontade muito grande de resolver, de destravar, dinamizar e eu gostaria que o INTERMAT tivesse essa mesma postura, mas infelizmente esta difícil, está osso esse INTERMAT.

O SR. PAULO SÉRGIO GARCIA – Boa tarde a todos. Obrigado pelas palavras Deputado Valdir Barranco, realmente para quem não me conhece, eu sou servidor de carreira do INCRA, concursado, trabalhei no Pará, agora estou em Mato Grosso, morei no Mato Grosso 30 anos, fui para o Pará, fiquei 5 anos e voltei para Mato Grosso, adquiri uma grande experiência lá nessa área de regularização fundiária e a gente tem se esforçado muito para poder dar conta da grande demanda.

Primeiro, quero esclarecer para vocês que quando se fala, já foi falado pelo superintendente de Minas Gerais, de regularização fundiária, não quer dizer só o título, nós estamos falando em contrato de concessão de uso, em contrato de direito de real de uso que é o CDRU, que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

agora está previsto em lei, essa a gente pode outorgar para os assentados. Então para deixar bem claro para vocês, aquele assentado, independentemente da modalidade do assentamento, se é um assentamento tradicional ou diferenciado, se optar por receber o CDRU, assim o INCRA vai fazer, o CDRU não tem ônus para o assentado. Digamos que ele seja gratuito, só que o regramento é outro. E o título de domínio vem com cláusulas resolutivas, assim como o CDRU. A diferença é que com o título de domínio, com dez anos, o assentado pode pedir a baixa dessa cláusula resolutiva, desde que ele tenha pago as parcelas ou quitado o que foi pactuado na emissão do título, por meio da planilha de preços referenciais. Dia 30 do mês passado foi publicado, está no site do INCRA, aquelas pessoas, os assentados tiveram curiosidade de saber quanto que o INCRA vai cobrar o hectare no assentamento, no município. Basta entrar no portal do INCRA e procurar lá que estará a planilha de preços referenciais para cada município, aqui no Município de Rondonópolis, o valor do hectare vai sair a R\$ 1.621,40 esse valor é uma carência de três anos, parcelado em dezessete vezes, parcelas sucessivas e anuais.

Então, tem vinte anos para o assentado pagar, e tem os rebates na hora do cálculo da parcela assentado que tiver filho na escola de sete a quatorze anos ele comprova isso ele já tem um rebate de 50% do valor da parcela e aqueles assentados... Nós temos projetos aqui de quinze a vinte anos, cada ano de assentado, desde a sua homologação, faz jus a 2% de desconto.

Então, supomos que os projetos rio vermelho, se tiver vinte anos só com isso aí ele tem 40% de desconto no valor pactuado no título... Então, seguramente a maioria das nossas famílias assentadas chegará nesse valor de 50%, esse valor de mil e seiscentos e vinte um cai para oitocentos reais o hectare, é um dinheiro considerável, mas também não é um valor exorbitante, considerando um valor de mercado que nós sabemos que nessa região é altamente valorizado, tem regiões de vinte cinco mil reais o hectare e ao valor da planilha de preferência do INCRA sai a mil e quinhentos reais.

Na minha humilde opinião, acho que foi um avanço nessa planilha de preço e preferências, principalmente com esses descontos em rebate que dão para os assentados.

Vou tentar responder algumas perguntas que foram feitas, o Carlos Maligrela foi perguntado, o Valdivino está aí ainda? Já foi.

O INCRA teve dificuldades para fiscalizar algum georreferenciamento, ele falou que tem GEO para ser fiscalizado e o INCRA não foi. Nós temos que analisar, porque, muitas vezes, acham que a demanda é só do técnico em campo para fiscalizar o GEO, mas talvez está com pendência até para inserir no SIGEF, tem que analisar isso com calma, eu acho pouco provável que tenha um processo de GEO lá há três anos, faltando só o técnico em campo. Certamente tem pendência na parte documental, algo que não foi apresentado para divisão fundiária, se não o técnico já teria ido lá, e se estiver tudo “ok”, é só me procurar no INCRA eu mesmo faço gestão, eu garanto que o técnico vai fazer em menos de trinta dias essa vistoria lá.

(O SENHOR DA PLATÉIA QUESTIONA O ORADOR)

O SR. PAULO SÉRGIO GARCIA – Então, se a pendência for só vistoria eu garanto, se lá, nós vamos articular com o Superintendente para mandar os técnicos e fazer a vistoria, porque a parte do recurso... (PALMAS)... Já está disponível, é uma meta do Governo Federal, dar essa regularização fundiária, e há recurso para isso.

Eu digo para vocês que o recurso que está disponível para titulação e regularização fundiária... Nós não temos capacidade operacional para gastar esse dinheiro, vamos dizer assim, se vier mesmo essas emendas impositivas, 68 milhões mais o que está previsto no orçamento do

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

INCRA, dificilmente... A não ser que façamos parcerias com as prefeituras, com técnicos, para darmos vazão a parte administrativa que envida... Para poder emitir esses títulos.

(PESSOA DA PLATEIA FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. PAULO SÉRGIO GARCIA – Vou te responder com outra pergunta. Quando será feito o desbloqueio das famílias pelo TCU? Quero esclarecer para vocês que, embora esse bloqueio tenha causado muitos problemas, eu vi nisso como uma oportunidade, porque depois que esse bloqueio chegou, o INCRA se mexeu por meio da assessoria parlamentar, e nós conseguimos uma medida provisória assinada pela Presidente Dilma na época, era um decreto, e agora medida provisória que vai se transformar em lei, que vai alterar a 8.629, que é obsoleta, há aberrações, na normativa do INCRA hoje de titulação e regularização fundiária, baseada na 8.629, há aberrações que a medida provisória vai corrigir e nós vamos avançar.

O desbloqueio hoje pode ser feito, o assentado que está bloqueado, por meio do portal cidadania do INCRA, por meio da internet, pode fazer sua defesa. Ele entra lá no www.incra.gov.br, lá há a sala do cidadão, ele pode carregar a defesa dele ali e o processo vai andar por ali ou, então, ele pode fazer o requerimento tanto na unidade avançada quanto na própria Superintendência, que o processo vai tramitar para o técnico responsável.

Todos os assentamentos nossos têm técnico responsável pela análise, os projetos que estão na meta de titulação, vou citar aqui, por exemplo, o PA Rio Vermelho, que nós estamos trabalhando, e o Mártires do Carajás, no Município de Poxoréu, o próprio técnico, na hora da vistoria, já vai dar subsídio no processo para administrativamente, dentro lá do setor operacional do INCRA, nós já fazemos o desbloqueio. Agora aqueles projetos que não estão na meta de titulação terão que procurar o INCRA ou por meio do portal da cidadania fazer um requerimento pedindo desbloqueio e vai ser direcionado para um técnico responsável por essa análise.

É possível fazer uma força tarefa para regularização fundiária que beneficie o pequeno produtor fazendo termos de cooperação técnica com INCRA, INTERMAT, FETAGRI e movimentos sociais? Movimentos sociais é movimento social, o INCRA é governo, aproveitamos muito o movimento social, ajuda muito gente, o FETAGRI, MST, darei um exemplo aqui, a FETAGRI mesmo apresentou para nós uma demanda do CCU que era para ser prorrogado e nós demos andamento, o MST também subsidia os assentados ou mesmo o movimento para análise e desbloqueio, também é importante.

Agora cooperação técnica para fazer vistoria é só governo e governo, já há um acordo de cooperação, que foi publicado há uns quinze dias, em que o INTERMAT, INCRA, Terra Legal e Governo do Estado de Mato Grosso, por meio dos consórcios municipais, nós poderemos aproveitar os técnicos agrícola, tanto dos Municípios como da EMPAER mesmo, para fazermos vistoria técnica para fins de regularização fundiária, não vou nem falar a titulação. Então, é possível desse jeito.

Sobre a questão do Wender Girroto, que falou sobre a questão do título, quem quer título? Uns querem, outros não querem. Igual como eu já expliquei no começo, o assentado pode escolher ou o título de domínio, que ele vai pagar lá frente, vai se emancipar, fazer o que quiser do imóvel dele, ou, então, ele pode optar pelo CDRU, que não vai pagar nada, é um papel moeda, que pode ser averbado na matrícula, é um instrumento que pode acessar políticas públicas acima de 100 mil reais, ou qualquer tipo que o banco financiar a ele pela capacidade dele, ele pode acessar... É igual título, só que ele não vai pagar, mas também não tem a baixa de cláusula resolutive.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

Aí se fala também: “Se o INCRA titular os assentados, eles vão vender, vai ter reconcentração de novo nos assentamentos”, nós temos uns mecanismos para isso aí, que controle isso aí, chama SNCR, por meio do SNCR, quando ele for fazer o cadastro daquele imóvel titulado e for pedir o CCIR, o INCRA não vai cadastrar. Não concentra imóvel dentro de projeto de assentamento, nós temos esse mecanismo já prevendo isso aí. Então, aqueles que estão alegres achando que o INCRA vai titular, que ele vai pagar o título e vai formar fazenda, vai quebrar a cara, porque ele não vai conseguir o código SNCR, não vai ter o CCIR. Então, o INCRA pensa nisso, já está previsto em lei.

Foi falado também, pelo Senador, de apontar soluções na medida provisória, Sr. Valdir Barranco... É o Barranco mesmo, eu várias vezes conversei com o Sr. Valdir e eu passo por e-mail algumas sugestões de alterações. Então, vimos fazendo isso com muito tempo já, apontando o que pode ser melhorado, e o INCRA, nós temos nos esforçado. Pode ter certeza, Sr. Nelson, que não há má vontade, não vou dizer de todos os servidores, mas pode ter certeza que a maioria dos servidores está empenhada, temos trabalhado, corremos atrás.

Mas o INCRA é encravado não só por causa de servidor, é encravado porque a nossa demanda é muito maior que a nossa capacidade operacional. Para vocês terem uma ideia, a nossa meta de titulação este ano é de 3.000 títulos, para fazermos isso aí, nós vamos ter que suar com a nossa equipe que temos.

Titular dá muito trabalho, não é só vistoria de campo, há a parte administrativa. Já pedi socorro para os Prefeitos, por meio do Sr. Valdir Barranco, para as prefeituras que podem ceder servidores ou então contratar para ajudar na parte administrativa, já temos servidores cedidos do Município de Nova Ubiratã, de Confresa, e eu espero conseguir aqui algum servidor para estar colaborando na parte administrativa nossa, do INCRA.

(ALGUÉM PERGUNTA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. PAULO SÉRGIO GARCIA – Bom Jesus, ótimo.

Sobre o Rio Vermelho, como houve essa alteração da planilha de preços referenciais, o título já tinha sido mandado para publicação, só que tivemos que esperar, porque vai ter que voltar o processo, porque alterou o valor da pauta de valores antes da emissão, e nós por lei temos que refazer. Nós só não tínhamos feito antes, Sr. Nelson, por causa do cartório. O cartório suscitou dúvida sobre o registro.

Não adianta emitirmos o título, darmos para os assentados para eles não registrarem, então estamos resolvendo isso daí, porque a ideia nossa não é entregar o título para o assentado para ele ir lá no cartório, registrar e depois o cartório dar uma de “migué” e cobrar do assentado. Porque o primeiro registro é gratuito, a nossa metodologia... Eu vou dar um exemplo do PA Mercedes Bens, nós pegamos os títulos, coletamos assinaturas, mandamos para o cartório, o cartório registrou e o assentado foi lá e pegou o título dele... Teve um custo, não adianta, acho que são quarenta reais, que tem o tal do emolumento de coisa... Mas o registro não foi cobrado, se fosse pagar, o registro não sairia por menos de uns quatro mil reais, no mínimo. Então foram pagos quarenta reais, é por isso que o título não saiu ainda, porque não foi resolvida a questão do registro, porque o cartório daqui tem uma dúvida, isso está na Corregedoria, estamos correndo atrás através da divisão fundiária, para a gente... Não adianta emitir título e emitir errado, igual já aconteceu de emitir título pelo INCRA aqui, com matrícula de um cemitério, aconteceu um tempo atrás.

Então, temos que tomar muito cuidado, não é má vontade, nós estamos fazendo aquele esforço total mesmo, com as limitações que nós temos para poder dar conta dessa demanda.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

Sobre o que o Vanderli do MST falou, com quase tudo que ele falou ali, eu concordo, só não concordo com a questão... Eu falei que nós temos hoje um mecanismo para inibir a reconcentração que se chama SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural, então, nós temos que fortalecer isso aí e fazer valer esse cadastro, porque do jeito que está... A reconcentração tem. Hoje, do jeito que está, os grandes latifúndios, ou quem está explorando assentamento, preferem que não se regularize, eles estão na moita, quietinhos, se eles pegarem aquela propriedade e a explorarem por dez anos, como pagaram um preço ínfimo naquilo, já estão no lucro, se o INCRA chegar lá e tomar daqui a dez, quinze anos.

Então, se nós tivermos uma ação de regularização e identificar quem está realmente nas parcelas e o INCRA já começar... E aqueles que não têm perfil, fazer a retomada, eu acho mais vantajoso.

Eu já até falei sobre a estruturação nossa, hoje nós temos servidores desmotivados por questões salariais, o que não é novidade para ninguém, que o INCRA... Nós que somos servidores do INCRA, aqueles que trabalham e que se dedicam, é por convicção, podem ter certeza, que não é por salário, o salário nosso não é... Podem entrar no Portal da Transparência, por achar que ganhamos aquele salário, mas não é, o salário nosso, realmente, não é dos melhores, acho que é um dos piores, no federal, se não for o pior, é o penúltimo pior. Mas nós temos essa convicção, porque a reforma agrária... Nós acreditamos nisso, que transforma a vida das pessoas, então, é por convicção que nós trabalhamos.

Não adianta nada, Sr. Valdir, conseguir esses 68 milhões que vêm de impositivo, se não estruturar o operacional. Nós temos que pensar nisso também. Fora isso aí, há um outro projeto, que virá pelo fundo da Amazônia, 55 milhões para a regularização fundiária, e o Governo do Estado é proponente e tem um grupo chamado GDR, do qual eu faço parte, só para georreferenciamento.

Então, esse aí nós vamos conseguir gastar, se realmente vier fundo perdido para o Estado. Nós vamos indicar os PAs, que estão aptos para titulação, e tem que estar o domínio, já em nome do INCRA, para avançarmos na titulação.

No mais, é assim, eu não sou muito bom na retórica, estou só respondendo aqui.
(ALGUÉM DA PLATEIA FAZ UMA PERGUNTA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. PAULO SÉRGIO GARCIA - Eu vou abrir a pergunta para ele, então.

ALGUÉM DA PLATEIA QUE NÃO SE IDENTIFICOU - Eu sou do assentamento Vista Alegre e o INCRA fez o nosso georreferenciamento, só que hoje não se encontra averbado na matrícula, no cartório de Pedra Preta.

O SR. PAULO SÉRGIO GARCIA - o INCRA que fez?

ALGUÉM DA PLATEIA QUE NÃO SE IDENTIFICOU - O INCRA que fez, a equipe do Dr. Manfrin.

O SR. PAULO SÉRGIO GARCIA - Você quer saber por que...

ALGUÉM DA PLATEIA QUE NÃO SE IDENTIFICOU - Tem mais de quatro anos que foi feito e não está averbado na matrícula no cartório.

O SR. PAULO SÉRGIO GARCIA - Eu tenho que ver esse caso específico, porque o georreferenciamento é da divisão fundiária, mas se não está averbado é porque não concluiu.

ALGUÉM DA PLATEIA QUE NÃO SE IDENTIFICOU - A equipe do Dr. Manfrin diz que esta tudo ok.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

Outra coisa, o senhor falou de três mil, que este ano o senhor vai titularizar três mil famílias. Mas, só na região de Pedra Preta e Rondonópolis, são três mil famílias. Que critério vocês vão usar para fazer primeiro, região sul, região norte, como que vai ser isso?

O SR. PAULO SÉRGIO GARCIA - Então, eu não vim aqui para mentir para vocês, a capacidade nossa é de três mil títulos, a não ser que tiver uma estruturação, aqui nós vamos titular o Rio Vermelho e o Mártires do Carajás neste ano, e ponto. Não adianta que não vai fazer, tem que trazer gente, senão não adianta.

ALGUÉM DA PLATEIA QUE NÃO SE IDENTIFICOU - E Pedra Preta?

O SR. PAULO SÉRGIO GARCIA - Nenhum, nenhum, não está na meta deste ano, não, porque não está nem estipulado, porque para entrar na lista da titulação tem que estar desembaraçados o geo e a questão do domínio, por isso que não está na lista, ou tem um ou tem outro pendente. Ok!

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Viu, Paulo, por isso a importância da organização do assentamento, dos apoios políticos, para que nós possamos colocar os assentamentos na condição de ser titulado, é aquilo que o Paulo falou. Carimã, por exemplo, o assentamento que já fez o geo, está numa casquinha ali, que é a questão da fiscalização. Enquanto não fiscalizar, não fizer o registro do geo... Depois tem que fazer o SNCR de cada um, ele não vai passar para a fila da titulação, mas tem que continuar o trabalho, porque senão não faz nunca.

O SR. ORADOR (ALGUÉM DA PLATEIA QUE NÃO SE IDENTIFICOU) - Boa tarde a todos.

Só cumprimentar aquele cidadão ali, e dizer a você Paulo que a sua humildade vai superar todas as crises, pela sua humildade, pela sua bondade nas explicações.

Querida que o Senador estivesse aqui, Deputado. Reforma agrária neste País é luta para muitos anos, porque o êxodo rural que nós fizemos foi trazer a população, que estava lá no campo, cidadão mesmo, pioneiro, o cara que plantava mandioca... Por ele não ter condições nenhuma, Deputado, de educação, de escola, de se manter ali, fizemos o êxodo rural, e aí inchamos as nossas cidades, e agora as pessoas precisam voltar.

Só que parece que o modelo que empregam faz com que a coisa foi feita para não funcionar. Eu me coloquei na situação do Paulo, porque ele não poderia dizer para o Senador: “Senador, a estrutura que eu tenho, as demandas que eu tenho, com a estrutura que o INCRA tem, não dá para operar, não tem como, porque as pessoas com quem eu trabalho são pouco esclarecidas. Elas precisam de mais um aporte lá no campo, sem esse aporte, ela não tem o esclarecimento necessário para dar continuidade no seu projeto.” O que o homem do campo sabe fazer é trabalhar, o que o homem do campo sabe fazer é colocar sua energia no campo. Partiu daí, ele precisa de assessoria. Aí o INTERMAT não funciona, Deputado, porque, infelizmente, engessaram o INTERMAT, bagunçaram com o INTERMAT, transformaram-no em um cabide de emprego. O INCRA não funciona, porque, também, bagunçaram com o INCRA ao longo dos anos.

E aqui quero dizer ao MST: o INCRA é o meu maior parceiro. Se eu não defendo o INCRA; se eu não brigo para que ele tenha uma melhor estrutura, como ele vai resolver o meu problema na conta? Como ele fará os meus projetos, os meus papeis andarem? Nós precisamos parar com esse discurso da briga do arroz e do feijão contra a soja. A soja se organizou e, agora, nós precisamos nos organizar. Eu fui uma vez aqui ao sítio desse moço, fomos lá com um trator, e ele me disse o seguinte: “Nezão, não dá para usar esse trator, porque o fulano ali não sabe por quantas horas vai usar, o outro não sabe.”. Então, a nossa desorganização no campo é salutar. E se não

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

tivermos apoio; se não tivermos alguém que planeje as coisas para fazermos, o que vocês sabem fazer é trabalhar, é produzir.

Se não pararmos, Paulo, e na sua humildade quero dizer ao Senador Wellington Fagundes, porque se eles sabem como funciona a estrutura para usufruir, eles têm que saber fazer que essa estrutura trabalhe para resolver o problema do campo. Este aqui é um jeito. Tem que ser política de Estado e não política de um homem. Isso tem que ser a política de um país e não a política de um homem.

Então, eu quero dizer para o senhor o seguinte: Deputado, são muito importante essas Audiências Públicas, mas o mais importante é dizer para o servidor público do INTERMAT, para o servidor público do INCRA, você terá autonomia, terá suporte e sem tecnologia não vai andar. O nosso País andou bastante, mas a área da agricultura ainda, não, Deputado Valdir Barranco. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Vamos ouvir o Presidente da Associação Carimã, o Paulo responderá e vamos fazer o encaminhamento para o encerramento da Audiência Pública.

O SR. NILSON GOMES DOS SANTOS- Em primeiro lugar, boa tarde a todos. Eu tenho duas perguntas só para fazer ao Sr. Paulo Garcia.

A primeira: quero saber do Paulo quantos módulos podem ser titulados em um CPF só; e a segunda pergunta é se o assentado tem que ficar 100% dentro da propriedade dele.

No mais, boa tarde! Muito obrigado e um abraço a todos! (PALMAS)

O SR. (????) - Eu gostaria de fazer uma pergunta, a última.

Falamos a respeito daqueles títulos emitidos. Lá foram 30 no total e desses em torno de 20% conseguiram regularizar no cartório e os demais não foram regularizados e está em torno de 120 mil.

A pergunta que eu faço para o senhor já tinha feito anteriormente: tem condição de dar desconto? Eu já falei com o Deputado, também, pelo *WhatsApp* e falamos há pouco mais cedo, porque os títulos que serão emitidos custarão em torno de 26 mil, 13 mil e alguma coisa. E esses outros? Esta é a pergunta.

O SR. PAULO SÉRGIO GARCIA – Eu vou responder a sua pergunta:

Esse título, se as parcelas não estão pagas você pode pedir o cancelamento dele e o INCRA vai emitir outro título no valor atual. É uma saída. Agora, tem que ver se aquela pessoa, ainda, está lá. Se não tiver, já tem um terceiro. Se ele tiver perfil, será regularizado e titulado.

Hoje, da Carimã - não copieie o nome dele -, Nilson, está na Medida Provisória 759, até dois módulos fiscais para assentamento, mas isso ainda não foi... A Medida tem que se tornar lei para o INCRA se organizar e criar uma instrução normativa para vermos como isso será feito, mas já está na Medida Provisória. Já é um caminho andando.

Sobre moradia, exploração, o TCU bloqueou aqui, em Mato Grosso, umas trinta mil famílias por ter CAD único diferente de onde está o PA. A maioria dos casos é porque o INCRA não estava com seu banco de dados atualizados e tinha projeto de assentamento que estão em dois, três municípios e só tinha um cadastrado. Mas por que o TCU fez esse bloqueio? Porque se o assentado... Se o projeto de assentamento é no município e ele não mora naquele município, isso é um indício de que ele não explora parcela, não explora parcela.

Então, dentro do mesmo município é claro que não... Se o assentado mora no Rio Grande do Sul e tem uma parcela aqui, já vai saber que ele tem um preposto lá, mas as análises que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

temos feito, inclusive, para titulação, são da exploração do lote. É o que está na lei. O lote tem que estar sendo explorado por ele ou por seu núcleo familiar.

Hoje, não podemos penalizar um assentado que tem um assentamento a 50 quilômetros, vem morar aqui e trabalha lá. Não podemos por quê? Lá não tem infraestrutura necessária, não tem *internet*, não tem escola. Então, isso é a exploração individual ou por meio do seu núcleo familiar. Preocupe-se com isso! Se isso se estiver certo e não tiver um preposto lá, um laranja, vamos dizer assim, não será retomada a parcela nunca.

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Sr. Paulo, eu quero consultá-lo se na quinta-feira você consegue atender os representantes dos três assentamentos de Rondonópolis, quatro assentamentos que já estão com o georreferenciamento em fase final. O Vereador Bilu e eu, se eu estiver lá, ou minha assessoria vai acompanhá-lo.

Consegue? É uma saia justa, hein!

O SR. PAULO SÉRGIO GARCIA – Quem vai atendê-los, de fato, será o Dario e o Marcel, mas faço questão de acompanhar, porque quero ver. Se o gargalo, realmente, for fiscalização, vou falar com o Diretor de Desenvolvimento que temos esse gargalo lá. Se for recurso, vamos conseguir o recurso. Pode ir lá, quinta-feira, à tarde me procurar que eu levo vocês e vamos ver o que está errado lá para resolvermos. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – A última a falar é a Dona Lídia Tenório, também, do Assentamento Carimã.

A SR^a LÍDIA TENÓRIO – Boa tarde!

(PARTICIPANTE DA PLATEIA FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Vamos assegurar a fala à Dona Lídia.

A SR^a LÍDIA TENÓRIO – Eu gostaria de fazer a minha pergunta, mas a pessoa que eu queria fazer a pergunta não está no momento.

Por que nós, da Carimã, não somos beneficiados com a agricultura familiar? Isso é mentira! Isso não existe! Você vai fazer agricultura familiar eles pedem 200 documentos. Você leva. Chegando lá são 201. Esses 201 ele manda você ir atrás lá. Antes era da Dilma, mas, agora, você terá que atravessar os Estados Unidos para conseguir o 01. Aí você consegue... Aí vai lhe pedir um avalista que tenha dois imóveis na cidade. Quem vai querer avalizar a pessoa?

Outra coisa, eu gostaria que o banco ou algum responsável por isso analisasse e fizesse uma análise de cada cadastro, de cada pessoa, que ele tem seu nome correto, seu nome limpo.

Outra coisa que eu queria saber: Rondonópolis tem Secretaria de Agricultura? Não tem, porque eu vivo pedindo um agrônomo para minhas terras. Eu tenho 89 pés de frutas. Faço 16 tipos de polpas para entregar. É como para o senhor: minha filha foi para o exterior, fez faculdade com o quê? Com polpa. A minha filha está fazendo Medicina com o quê? Com polpa. Você vai à Secretaria de Agricultura e não consegue um agrônomo. Estão lá dez pés de goiaba que já foram para breca. Agora estão indo os meus pés de morango, de poncã. Rondonópolis tem Secretaria de Agricultura? Não tem.

Eu quero falar para o senhor, Deputado, que quem me ajuda nisso tudo é o Globo Rural, é o Sr. Chukichi Kurozawa. Você acessa o Globo Rural, eles te mandam tudo, porque a EMPAER aqui também não sabe. Se é para goiaba, eles só sabem para caju.

Então, nós precisamos de ajuda. Está bom?

Muito obrigada e desculpa qualquer coisa. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

O SR. GLADSTON ALVES MOREIRA – Com relação à Secretaria de Agricultura tem, sim. Com relação à Secretaria de Agricultura tem.

Hoje eu sou gerente de departamento e também sou engenheiro agrônomo, não temos a figura do Secretário. Eu estou como interino, mas respondo pela Secretaria de Agricultura e não sei quem a atendeu na Secretaria de Agricultura, porque não tem pedido de assistência técnica, provavelmente. Os que tinham, eu acompanho e todos foram atendidos.

(A SR^a LÍDIA TENÓRIO QUESTIONA O SECRETÁRIO)

O SR. GLADSTON ALVES MOREIRA – Não. Nós vamos lá, sim. Pode procurar a Fabiana, passa o endereço que eu mesmo vou lá. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – O Dr. Elvis vai responder ao Guimar.

Eu vou aproveitar a oportunidade, Dr. Elvis, o Dr. Munir já saiu da Defensoria Pública, mas aqui no assentamento Carimã tem uma situação que é de conflito de competência, eminente.

Foi criado um Parque Estadual, o Parque Dom Osorio, que avançou para cima de onze lotes do assentamento federal, do assentamento do INCRA, 100% desses onze lotes, prejudicando as famílias.

Então, é uma consulta que depois vai ter que ser formalizada, mas importante é o senhor como Presidente da Câmara Setorial já nos ajudar se vamos ter que entrar com uma ação ou fazer uma ação administrativa para retirar esses lotes federais, porque eu sou leigo, mas pela experiência de vida, um parque estadual que é criado a partir da Assembleia Legislativa não pode avançar a competência de uma área que é federal. Se fosse uma área federal para cima de uma área estadual, tudo bem.

Então, eu quero deixar para que o senhor responda ao Guimar e também um pouco sobre essa questão do parque.

O SR. ELVIS KLAUK JÚNIOR – Sem dúvida nenhuma, estamos diante de um conflito, um parque estadual avançando sobre uma área da União. É uma matéria que pode, sim, ser resolvida no núcleo de mediação da Assembleia, sentar com as partes envolvidas, a União, o Estado e tentar sair de lá com uma solução.

Mas eu quero responder ao meu companheiro Guimar. Não consegui responder na hora, Guimar, mas não esqueci e anotei.

Na sua fala, Guimar, você disse que os movimentos têm enfrentado algumas dificuldades com a Vara Agrária lá da Capital, a Câmara Setorial Temática vem justamente para resolver ou tentar resolver esse tipo de situação. Por quê? Porque a câmara de mediação, as pessoas, os movimentos sociais, as partes envolvidas em conflitos. Como nesse caso citado pelo Deputado, questão do Parque Dom Ozório, poderão procurar voluntariamente a Câmara da Assembleia Legislativa, que vai notificar essas partes envolvidas, vamos chamar essas pessoas para que os conflitos possam ser mediados.

Um exemplo, Guimar, conflitos já ajuizados na Vara Agrária, as partes envolvidas, o movimento social, que é parte em um processo juizado na Vara Agrária, poderá ir até a câmara de mediação da Assembleia Legislativa e dizer o seguinte: “nós temos interesse em mediação nesse conflito”. Com isso, a câmara vai poder atuar sem a necessidade da presença do Poder Judiciário; os mediadores da Assembleia Legislativa, da Câmara, vão atuar junto às partes para tentar uma solução pacífica.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

Essa solução sendo atingida, o Poder Judiciário, nesse caso, Guimar, de ação já ajuizada, apenas irá homologar. Ele não vai poder entrar no mérito do acordo, mas, sim, apenas homologar.

Com isso, nós conseguiremos de uma forma mais humana, mais comunicativa, tirar aquela formalidade do Poder Judiciário, porque sabemos que uma decisão judicial, uma sentença judicial, principalmente agrária, é apenas o começo do problema e não a solução do problema. Já na Câmara Temática, um acordo feito e assinado por um mediador cadastrado, ali é o fim do problema.

Respondendo ao Deputado em relação ao parque. Esse é um exemplo típico, cabível de atuação da Câmara Setorial.

A Câmara Setorial sendo procurada por uma autoridade, no caso um requerimento do próprio Deputado Estadual, pode se movimentar, pode chamar as partes envolvidas, no caso o INTERMAT, o Parque Estadual, a União, vamos sentar, vamos ver como podemos de uma forma amigável resolver esse problema.

Saiu dali, formaliza o termo de acordo. Esse termo vale. Nesse caso, especialmente, se quiser pode ser até homologado judicialmente. Então, muitos conflitos podem e devem partir do diálogo, sempre.

Para finalizar a minha fala, está todo mundo com fome, a Câmara Setorial Temática é o lugar dos movimentos sociais, é lá que vocês terão voz perante os órgãos constituídos do Estado brasileiro e também aos litígios envolvendo grandes proprietários rurais.

Espero ter respondido a vocês. Muito obrigado! (PALMAS)

A SR^a DÊ SILVA – Boa tarde!

Só para terminar, algumas dúvidas vão surgindo no meio dos debates e eu acho que temos que trazê-las para serem sanadas.

É uma pena que o debate principal vem no final da Audiência Pública e boa parte das pessoas já foi embora.

Outra coisa que eu quero trazer para o Paulo, para o pessoal que está na mesa, ainda, é que se existe esse montante de 50 milhões mais 80 milhões, por que não se desenvolve então... Vá para o setor de desenvolvimento no INCRA e desenvolva de fato os assentamentos; vai para implementação de programas para dentro dos assentamentos. Já que existe um programa, o CDRU, que não vai gerar gasto, que já está praticamente pronto dentro do INCRA, porque toda família já tem o CCU, é a mesma coisa que a titulação, que vai levar três anos e este ano vai conseguir fazer só dois assentamentos na região.

Outra coisa que tem quer ser bem mais esclarecida é enquanto valores. Existem pessoas que já foram nos assentamentos dizendo que vai ficar mil reais, não sei quantos mil reais, vai ser dividido em dez vezes. Como vai funcionar isso, de fato, em questão de valores?

Outra coisa que vem também, e nós sabemos, é que nas áreas da reforma agrária tanto o CAR quanto o GEO é responsabilidade do INCRA, porque as áreas ainda estão no poder do INCRA. O INCRA faz sem custo nenhum e tem muita gente oportunista que tem entrado nos assentamentos, cobrado valores altíssimos. Inclusive, muitos assentados pagaram caro, mil reais, seiscentos reais e essas são realidade aqui da região.

Outra coisa ainda é em relação ao processo dessa titulação. Eu acho que precisa inclusive falar do CCDRU da forma que se fala da titulação definitiva. Muitas famílias dos assentamentos não têm conhecimento do que é o CCDRU, que é a mesma função da titulação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

Quanto aos recursos oferecidos, tem família que tem só o CCU e também acessa 120 mil reais pelo Mais Alimento, pelo PRONAF.

Então, de fato essa titulação não é a salvação da lavoura. Muitas famílias têm acesso a esse recurso e não acessam porque talvez não tenham a informação. (PALMAS)

O SR. PAULO SÉRGIO GARCIA – Vou responder.

A diferença do CDRU para o CCU: o CCU é bem precário, não precisa a matrícula esta em nome do INCRA, pode ser emitido CCU mesmo a área estando no nome do expropriado. Por isso não é tão simples. O trabalho que da para fazer o CDRU é o mesmo trabalho do título - não tem diferença nenhuma -, tem que ter a matrícula, georreferenciamento e tal.

Mas divulgamos, sim. O INCRA às vezes não... Quando fala em regularização fundiária, eu já entendo CDRU ou título de domínio, tanto que os técnicos quando fazem a vistoria para os assentados perguntam para o assentado qual documento ele quer, se ele quer o CDRU ou se ele quer o título de domínio. É feita essa pergunta e no formulário de vistoria vem isso aí.

Sobre a questão de valores de georreferenciamento, a obrigação é do INCRA de fazer o geo.

Esse montante falado aqui de emenda impositiva, recurso que vem numa rubrica específica e não pode ser utilizado para investimento de outra natureza ou para desenvolvimento dentro dos projetos vai ser utilizado para georreferenciamento, 55 milhões do Governo do Estado, que ele vai utilizar nas áreas do INTERMAT, nas áreas do INCRA e do Terra Legal com georreferenciamento.

O que acontece é que as famílias assentadas, no afã de ver logo o georreferenciamento pronto, que é um dos pré-requisitos, se organizam, porque pode fazer por conta o georreferenciamento e doar para o INCRA. O INCRA aceita em doação as peças técnicas de georreferenciamento, mas não é obrigatório.

O que acontece é que desde 2004 o INCRA não tem recurso para demarcação. Agora vai ter um aporte de recursos e esperamos que precise de os assentados se organizarem para contratar uma empresa para fazer o georreferenciamento e fazer essa adoção para o INCRA.

Está respondido?

(ASSISTENTE DA PLATEIA FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. PAULO SÉRGIO GARCIA – É uma ação de governo. É vontade de governo. Nem vou falar que não é. Talvez não seja vontade dos técnicos do INCRA, mas é o que o Governo quer realmente.

O SR. ROBSON OLIVEIRA FONZAR – Paulo, permita-me aparte.

O INCRA de Mato Grosso faz isso, tanto que nós copiamos em Minas Gerais, que é esclarecer aos nossos assentados, com muita tranquilidade, Paulo, o que é CCU, o que é título, o que é CDRU.

Nós, enquanto servidor público, diferente dos nossos assentados, diferente do movimento social, diferente da Assembleia Legislativa, falamos de condições do CCU, condição do título e condições do CDRU, que é dar liberdade aos nossos assentados para aceitarem qual instrumento que melhor convêm - acho que Mato Grosso faz isso e Minas Gerais copiou isso de Mato Grosso.

O que estamos tendo de resposta, temos que ser muito claro nos nossos laudos de vistoria, é o título definitivo. Pelo em Minas Gerais e acho que em Mato Grosso também é assim, não houve até agora um assentado que optou por outra coisa que não fosse o título definitivo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

Muitas vezes, quero deixar isso claro, e o Paulo andou pelo Pará, eu andei pelo Pará, estou em Minas Gerais, o Paulo esteve em Minas, nós já andamos aqui por Mato Grosso, e as instituições bancárias, Deputado, não reconhecem o CCU para firmar algum tipo de empréstimo.

Nós ficamos até surpresos quando tem um assentando que conseguiu acessar o Mais Alimento a partir do CCU. Isso é exceção. Isso não é regra.

Podemos pegar os dez assentamentos de Rondonópolis, pegar do meu município cinco assentamentos, 500 famílias em Juscimeira, e ver quantos assentados tiveram acesso a essa política?

É isso que queremos trabalhar. Queremos trabalhar o reconhecimento de todos os assentados e não o reconhecimento de exceções.

É para isso que os servidores do INCRA trabalham, é para isso que o Deputado Valdir Barranco cobra esse documento, que no nosso entendimento é de extrema importância para o reconhecimento dos nossos assentados como tal.

O SR. PRESIDENTE VALDIR BARRANCO – Robson, depende muito da sensibilidade dos gerentes.

Aqui em Mato Grosso, por exemplo, em Brasnorte, entregarmos na época, quando eu ainda era Superintendente, os CCUs e o gerente já colocou uma mesa ao lado para já começar o trabalho do Mais Alimento e liberou 12 milhões de reais no assentamento só com CCU. O gerente saiu, foi para outra agência, veio uma nova gerente, que já falou que não podia. Então, depende muito da sensibilidade, do comprometimento com a agricultura familiar.

Sabemos que o Banco do Brasil é um banco que não tem por praxe a boa vontade de atender a agricultura familiar. É uma luta que temos. Ele não gosta de atender pobre, gosta de atender fazendeiro, pessoal do agronegócio, liberar milhões. Mas essa é uma luta que temos que encampar e os movimentos sociais são fundamentais.

Quero já começar aqui a encerrar, agradecendo mais uma vez a Câmara Municipal, a Presidência, os Vereadores, o Bilu, que é comprometido e está até o final, agradecer a Assembleia Legislativa, o Presidente Eduardo Botelho, as nossas servidoras do Cerimonial que estão aqui conosco e já estão preocupadas, porque tem Sessão hoje à noite na Assembleia Legislativa.

Agradeço o Mauro, o Giroto e em nome deles todas as lideranças aqui, o Vanderly, o MST, que está presente aqui.

Comunico que no dia 18 de maio vamos ter na Assembleia Legislativa uma Audiência Pública para discutir assistência técnica, organização da produção e comercialização. Nós queremos discutir toda a cadeia, desde a assistência técnica, passando pela produção até a comercialização da agricultura familiar, que será na Assembleia Legislativa às 14h.

Quero agradecer também a *TV Assembleia*, a *Rádio Assembleia*, que esteve presente aqui, toda a imprensa que se fez presente, o pessoal da segurança também NOS acompanha.

Temos alguns encaminhamentos que serão tirados daqui, vou citar alguns como, por exemplo: estabelecer parcerias entre órgãos responsáveis pela regularização fundiárias, as Prefeituras e Câmaras Municipais, especialmente em relação aos recursos humanos para ajudar o INCRA; implementar o diálogo entre os representantes das entidades rurais e órgãos responsáveis para que sejam respeitadas as entidades rurais e órgãos responsáveis para que sejam respeitadas as entidades que querem titulação ou não e ampliar as ferramentas para apoiar os que produzem. Deixo aberto a todos os presentes e os que já se foram desta audiência, um canal aberto entre vocês e a Assembleia Legislativa por meio do nosso gabinete, do nosso mandato, que é nosso, não é meu é de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
RONDONÓPOLIS E CIDADES DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA
24 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09H, EM RONDONÓPOLIS.

vocês, é do povo, lá Assembleia Legislativa, por meio do telefone (65) 3313-6813, gabinete 220, segundo piso da Assembleia Legislativa e lá nós temos uma equipe comprometida e muito competente para a agricultura familiar e para a regularização fundiária e a reforma agrária também.

Agradeço a todos da minha equipe que não mediram esforços para que tivéssemos sucesso nesta Audiência Pública. Reafirmo o compromisso desse mandato com agricultura familiar, com a reforma agrária, com direito do excluídos, dos menos favorecidos, mais empobrecidos e daqueles que no dia a dia encontram muita dificuldade para ter voz e vez nos organismos institucionais.

Agradeço o Paulo, que é grande parceiro, tem feito um trabalho sobre-humano naquele INCRA para fazer a coisa andar, destravar. A dificuldade técnica do INCRA é muito grande, eu sei muito bem o que isso significa, um quadro de servidores que foi envelhecendo, não foi se renovando, muitos foram se aposentando nos últimos anos, muito estão aí já em fase de aposentadoria e agora querendo correr para aposentar, porque essa contrarreforma do Governo Temer é realmente uma ameaça ao direito da aposentadoria.

Então, Paulo, quero agradecê-lo mais uma vez, leve o nosso abraço, o nosso agradecimento ao Superintendente João Bosco, agradeço a Marlene, desejo muito sucesso na condução da unidade avançada aqui de Rondonópolis, que é fundamental para essa região; agradeço o Robson, desejo sucesso Robson lá na Superintendência de Minas Gerais, tenho certeza de que alguém de Mato Grosso, que já ocupou um papel relevante lá em Brasília no INCRA nacional, vai contribuir muito com o Estado, com a reforma agrária, com a regularização fundiária. Eu me senti muito horando com sua presença nesta Audiência Pública.

Deixo aqui nosso abraço caloroso, agradeço o Secretário de Agricultura, o Prefeito que por aqui já passou, vamos estabelecer, nos aproximar mais, é importante, porque o nosso mandato eminentemente tem sido uma porta aberta para os agricultores familiares e quero que seja aberta para o município também.

Desejo a todos que nós tenhamos uma semana abençoada. Mais uma vez aqui – o Vanderly já saiu – mais uma vez lamento o que aconteceu em Colniza e lamento o que aconteceu em Minas Gerais também, o assassinato com um trabalhador que era do MST e que foi brutalmente assassinado por fazendeiros. Que Deus possa abençoar cada um e cada uma e que nossa semana seja uma semana de bons frutos.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Rosilene Ribeiro de França;
- Dircilene Rosa Martins.

- Revisão:

- Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antonia de Almeida Maciel;
- Rosivânia Ribeiro de França;
- Sheila Cristiane de Carvalho;
- Solange Aparecida Barros Pereira.